

**PROPOSTAS DA FRENTE
POPULAR PARA O
GOVERNO DO ACRE
(2011 – 2014)**

TIÃO VIANA
CÉSAR MESSIAS

2 0 1 0

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
DIRETRIZES	9
EMPREGO E RENDA.....	11
VISÃO ESTRATÉGICA	15
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	24
EIXO ESTRATÉGICO.....	25
1. ECONOMIA DE BASE FLORESTAL SUSTENTÁVEL.....	25
ÁREAS DE RESULTADO	25
1.1. Desenvolvimento Econômico	25
1.1.1. Inclusão Econômica: economia solidária e pequenos empreendimentos urbanos	27
1.1.2. Agricultura familiar	27
1.1.3. Desenvolvimento de cadeias produtivas	28
1.1.4. Turismo	28
1.1.5. Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZEDs) ..	28
1.1.6. Indução e gestão de investimentos:	29
1.2. Meio Ambiente	29
1.3. Economia de Baixo Carbono	31
EIXO ESTRATÉGICO.....	32
2. SAÚDE E EDUCAÇÃO	32
ÁREAS DE RESULTADO	32
2.1. Saúde.....	32
2.2. Educação	35
EIXO ESTRATÉGICO.....	37
3. DESENVOLVIMENTO SOCIAL	37
ÁREAS DE RESULTADO	37
3.1. Segurança Pública	37
3.2. Medidas Socioeducativas.....	39
3.3. Inclusão Social, Cidadania e Direitos Humanos	40
3.4. Política Pública para Mulheres.....	46
3.5. Políticas de Juventude: compromisso estratégico para um novo desenvolvimento	47
3.6. Cultura e Comunicação	49

3.7. Esporte e Lazer.....	52
EIXO ESTRATÉGICO.....	54
4. INFRAESTRUTURA E AMBIENTE URBANO.....	54
ÁREAS DE RESULTADO	54
4.1. Habitação de Interesse Social	54
4.2. Saneamento Básico e Ambiental	55
4.3. Planejamento e Gestão Urbana	57
4.4. Infraestrutura de transportes	59
4.4.1. Rodoviário	59
4.4.2. Aéreo.....	61
4.4.3. Fluvial	61
4.4.4. Vias Urbanas Estruturantes.....	62
4.5. Energia Elétrica	64
4.6. Telecomunicações.....	66
ÁREAS DE RESULTADO TRANSVERSAIS	67
5. CIÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	67
6. GESTÃO PÚBLICA: UMA GESTÃO VOLTADA PARA RESULTADOS.....	68

PROPOSTAS PARA O GOVERNO TIÃO VIANA (2011 – 2014)

FRENTE POPULAR DO ACRE – FPA

INTRODUÇÃO

O conjunto de propostas que integra este documento vem atender o estabelecido na nova redação do artigo 11, Parágrafo 1º, IX, da Lei 9.504/97, que determina a apresentação de um plano de ações e compromissos na ocasião dos registros de candidaturas à cargos executivos. Embora as propostas aqui reunidas sejam fiéis aos compromissos históricos da Frente Popular do Acre, ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável que está transformando o Estado e às intenções dos seus candidatos, é necessário consignar os limites impostos para sua elaboração. Ao tempo que exige o desenvolvimento das propostas de governo, a aplicação da legislação eleitoral proibia a realização de reuniões de partidos e candidatos abertas aos diversos segmentos da sociedade, o que certamente seria caracterizado como “campanha extemporânea”. O dilema causado pela novidade legal, cujo princípio e aplicação se inauguram nesta eleição com exíguo tempo desde sua comunicação, tornou prejudicado o princípio fundamental para elaboração dos planos de governo da FPA, que vem a ser a intensa participação das comunidades, da sociedade civil organizada, de trabalhadores urbanos e rurais, empresários, professores, estudantes e, naturalmente, de milhares de filiados que compõem os partidos reunidos em sua coligação, em todos os municípios do Estado. Sendo esta participação que legitima nossas propostas, é natural que ela venha a acontecer, como de tradição, depois dos registros das candidaturas e do início da campanha da eleitoral, que permitirá no seu curso a devida formatação de um Plano de Governo legitimamente constituído e tecnicamente adequado.

As premissas para formulação das propostas ora apresentadas para o período de 2011 a 2014, entretanto, fluem do conhecimento adquirido pela FPA junto ao povo acreano, em sucessivas campanhas desde 1990. Já a viabilidade do compromisso da aceleração do crescimento com equidade de oportunidades e maior distribuição de riquezas tem base nos avanços políticos, econômicos e institucionais ocorridos no Acre nos últimos doze anos, para sustentabilidade do processo de desenvolvimento que

vem transformando a realidade local e tem reconhecimento externo traduzido pelas parcerias firmadas com as agências de desenvolvimento mais respeitadas do Brasil e do mundo. Nesse período, os governos Jorge Viana (1999-2006) e Binho Marques (2007-2010) implantaram a maior parte da infra-estrutura e dos arranjos institucionais necessários ao fortalecimento da produção e das políticas sociais, além de capacitar a gestão pública estadual.

Este período também foi fundamental para a reconstrução da identidade e esperança do povo acreano. Primeiro, colocando a casa em ordem, com capacitação dos servidores, melhoria salarial e pagamento sempre em dia. A folha de pagamento, que era de R\$ 22 milhões em janeiro de 1999, aproxima-se de R\$ 100 milhões em julho de 2010. Reforma, ampliação e adequação dos prédios públicos, principalmente dos sistemas de Saúde, Segurança e Educação, modernização da gestão, negociação das dívidas e captação de recursos para grandes investimentos na infraestrutura e desenvolvimento.

Em sua primeira etapa, o governo da Frente Popular avançou com o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável, com investimentos estratégicos em estradas, pontes, energia, indústrias, geração de tecnologia, promoção de negócios e capital humano. Foram criadas florestas estaduais de exploração, bem como foi ampliada a base para atração e consolidação dos investimentos industriais.

Os investimentos para a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico e social do Estado, recuperando e ampliando a capacidade produtiva local, com ênfase na economia florestal, contaram com os apoios decisivos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e do Governo Federal. Dessas parcerias saíram os recursos necessários à ampliação da malha viária do Estado, que em oito anos de governo cresceu 467 km, entre BR`s e estradas estaduais. Bem como a reforma e ampliação do Distrito Industrial e a instalação do novo Parque Industrial de Rio Branco.

No período 2007-2010, firmado nos eixos estratégicos **1. Serviços Básicos de Qualidade Para Todos; 2. Economia de Base Florestal Limpa, Justa e Competitiva; e 3. Empoderamento das Comunidades**, fortalecimento do capital

social e maior descentralização das ações, o governo criou o PROACRE e passou a atender as comunidades mais isoladas com ações de saúde, educação e apoio à produção sustentável de forma permanente. As ações na área de infraestrutura financiadas pelo PAC tiveram continuidade como a pavimentação da BR-364 e construção de todas as pontes entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, que estão em pleno andamento, e com o Programa Luz para todos, que já atendeu próximo a 30 mil famílias em todo o Estado.

Ao longo desses doze anos, o sistema de ensino do Acre avançou da última para as 10 primeiras colocações entre os 27 estados brasileiros, graças à prioridade, aos investimentos realizados e à importância estratégica que a Educação tem para o sucesso do projeto da Frente Popular do Acre.

São incontáveis os avanços e conquistas desses doze anos de Governo, como o crescimento da produção agrícola, a ampliação da participação do setor florestal na economia, o forte crescimento do rebanho bovino e a condição de área livre de aftosa, que garante competitividade à pecuária acreana que praticamente triplicou sem aumentar a pressão sobre a floresta. As mais de 30 mil famílias atendidas com energia elétrica do Programa Luz Para Todos, as fábricas de processamento de madeira e a indústria de preservativos instalada em Xapuri que já fornece 100 milhões de unidades/ano para o Ministério da Saúde e a indústria de abate de aves que já abastece o mercado local com 12 toneladas de frango por dia e as agroindústrias para a produção familiar espalhadas em todo o Estado. As obras de infraestrutura, como a terceira ponte e o Anel Viário de Rio Branco, a Estrada do Pacífico e a ponte Bi-Nacional Brasil-Perú em Assis Brasil, as pontes que avançam sobre os rios de Sena Madureira a Cruzeiro do Sul e a BR-364, que caminha a passos largos para ser de asfaltada de uma ponta a outra.

Podemos afirmar que estamos no caminho certo, que o processo de Desenvolvimento Sustentável do Estado se consolidou. A economia foi dinamizada com iniciativas que além de aumentar nossa capacidade produtiva, tornaram o Estado atrativo para os investimentos privados. A área social virou prioridade de Governo com iniciativas integradas que melhoraram a qualidade de vida da população. Da mesma forma, a

preocupação com o meio ambiente sempre esteve no centro das estratégias de Governo, com a exploração racional e equilibrada dos recursos naturais.

Agora, com a implantação da Zona de Processamento para Exportação, criada no 1 de julho pelo presidente Lula, serão dadas as condições necessárias para a consolidação do parque industrial do Estado, com a geração de milhares de empregos para a população.

Todos esses avanços foram possíveis até aqui porque os governos da Frente Popular reuniram três condições indispensáveis: **Primeiro**, a existência de um projeto pactuado com toda sociedade através de seus segmentos representativos; **Segundo**, a capacidade técnica para a sua execução; e **Terceiro**, a governabilidade política construída com o apoio da sociedade e harmonização de todas as instituições.

O aprofundamento das conquistas empreendidas até aqui é fundamental para que o Acre continue avançando na modernização da gestão para garantir cada vez mais serviços públicos essenciais com qualidade para todos, no fortalecimento de sua economia sustentável de base florestal, que trará grandes dividendos para o Estado com a expansão do mercado de carbono, e com maior investimento na organização e fortalecimento do empoderamento das comunidades, com vistas no desenvolvimento local, que pode fazer toda diferença no futuro.

A próxima etapa do governo da Frente Popular (2011-2014) tem o grande desafio de concluir e consolidar os programas e projetos iniciados em cada uma das áreas, proporcionando sempre melhores condições de vida para as pessoas, num ambiente saudável e fraterno, com oportunidade para cada cidadão acreano realizar o sonho de vencer na vida.

Ao longo de 12 anos em que governa o Acre, a Frente Popular do Acre vem criando um novo padrão de gestão pública no Estado. Em 2010, ela completou vinte anos de existência, com um projeto político fortemente pautado nos princípios democráticos de construção do desenvolvimento estadual, visando o crescimento econômico sustentável, acompanhado de distribuição de renda, melhoria da qualidade de vida da população, conservando o ambiente natural e propiciando melhor relação das pessoas entre si e do homem com a natureza.

O projeto democrático da FPA tem como base a participação e a construção democrática da vida da sociedade e do Estado, exercendo a democracia como valor universal. O Estado atua como regulador e indutor da economia e provedor de políticas sociais, voltadas para a população em situação de pobreza, excluída dos benefícios do desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento sustentável reúne as dimensões **econômica, ambiental, social, política, cultural e ética**. Portanto, diz respeito ao conjunto da vida de uma comunidade, procurando responder ao universo de carências, tais como educação, saúde, direitos civis que são formas de libertação das pessoas. “Liberdade é o querido tesouro, que depois do lutar nos seduz”, como diz a letra do nosso Hino.

Algo que engrandece nosso projeto é a busca prioritária do consenso. Mas, se for preciso, disputa a hegemonia, respeitando o direito democrático dos contrários, nas questões consideradas polêmicas, que são importantes para a população e que fortalecem os mecanismos de participação popular.

Toda sociedade que se propõe pensar o futuro precisa reafirmar a sua cultura, a sua identidade e os seus valores como fundamentos imperativos do seu projeto. A sustentabilidade e o conceito de florestania, como expressão máxima da nossa originalidade, permanecerão como bússola orientadora e inspiradora do nosso projeto.

Na gestão do Governo no Estado do Acre por três mandatos, a Frente Popular radicaliza na construção de um modelo de **Gestão pública eficiente e voltado para resultados(1)**; alicerçada na **honesto/correta aplicação dos recursos públicos (2)**, destinada a superar a visão predatória dos recursos naturais por uma abordagem moderna, que considere a floresta o grande ativo da sociedade, **comprometida, portanto, com a sustentabilidade do desenvolvimento regional (3)**; que se realize por meio de um **governo integrado (4)**, em que os atores internos se guiem por

objetivos e metas comuns, promovendo **participação popular**(5) e, desta forma, **descentralizando o poder de decidir e executar as políticas públicas** (6).

O governo da Frente Popular reafirma o propósito de promover a equidade entre homens e mulheres, igualdade de oportunidades entre brancos e negros, povos indígenas e outros grupos étnicos, crianças, jovens, adultos, idosos, sem qualquer discriminação. A defesa dos direitos humanos e o combate a qualquer tipo de violência constituem-se imperativo ético e intransferível do nosso tempo.

Igualdade, democracia, legitimidade, justiça social, direitos humanos, cidadania e inclusão social são ideais que orientam a Frente Popular do Acre e se reafirmam como compromissos irremovíveis da sua proposta de Governo. Para o mandato de 2011 a 2014, as conquistas asseguradas no período de 1999 a 2010 permitem e exigem compromisso destacado com a busca da equidade de oportunidades em um ambiente favorável ao empreendedorismo, resguardando assim o direito de todo acreano e acreana sonhar e vencer na vida.

DIRETRIZES

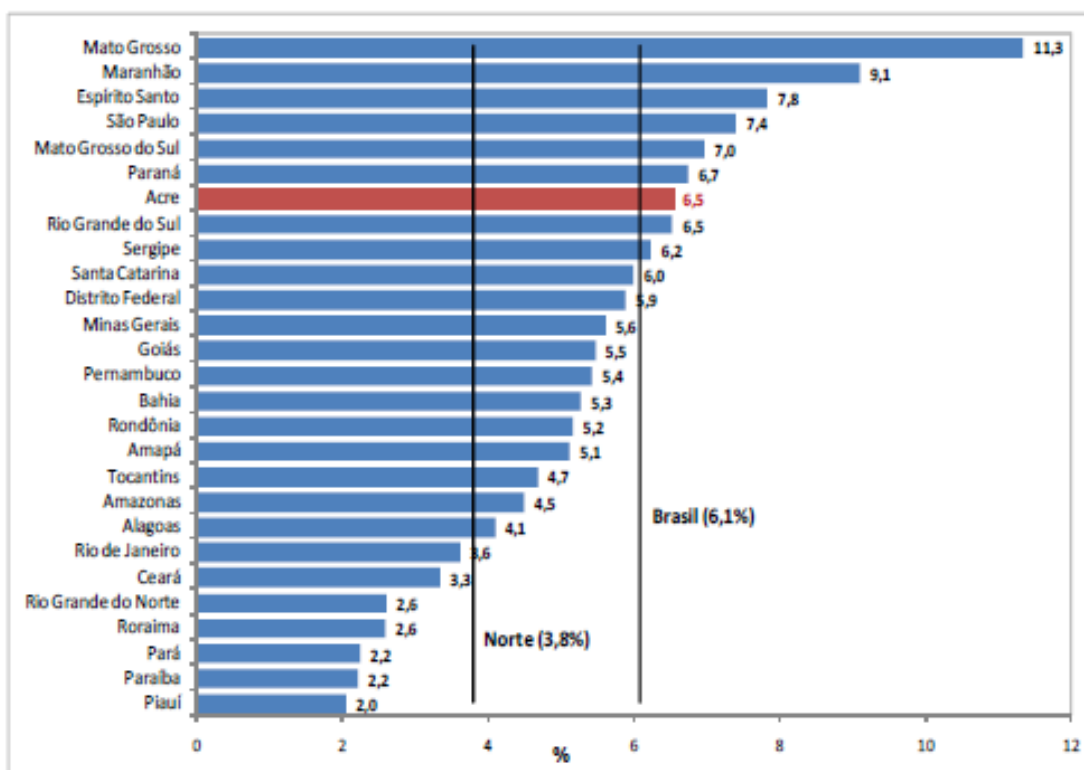
- Economia sustentável como vetor de geração de trabalho, renda, promoção da igualdade social, fortalecimento da cultura própria e identidade e conservação do ambiente natural;
- Garantia de acesso universal e qualidade nos serviços públicos de saúde;
- Educação de qualidade para a construção de uma sociedade sustentável;
- Desenvolvimento social e garantia de direitos como elementos orgânicos do desenvolvimento;
- Igualdade racial, étnica, de gênero e respeito às gerações.
- Socialização dos bens culturais e valorização da produção cultural;

- Esporte e lazer como condição para o desenvolvimento humano e social;
- Participação popular e controle social;
- Gestão democrática do território;
- Cidadania e condições dignas de habitabilidade;
- Universalização dos serviços de saneamento ambiental;
- Gestão ética, democrática, eficiente, eficaz e efetiva.

EMPREGO E RENDA

O estado do Acre, segundo dados do IBGE de 2009, possui uma população estimada de 691.132, e desta, mais de 320 mil compõem a população economicamente ativa. A variação percentual do PIB acreano no ano de 2007 foi de 6,5%, posicionando o estado na 7ª colocação no ranking dos estados que mais crescem no Brasil, inclusive com desempenho superior ao PIB nacional.

Figura 1 – Taxa de Crescimento Real do PIB – 2007



Fonte: Acre em Números – 2010 - SEPLAN

A iniciativa privada vem ganhando espaço na economia do estado e a Administração Pública passa a encolher sua participação no Valor Adicionado – VA, representando 34,3% em 2007, comparando com o ano de 2002, quando esse percentual era de 36%.

Ao analisar as demais atividades percebe-se um comportamento ascendente do setor industrial, saindo de 10,6% em 2002 na participação do VA para 14,7%, em 2007, destacando a atividade da Indústria de Transformação que tinha uma participação de 2,3% em 2002, passando para 4,8% em 2007. No entanto, a atividade industrial que detém maior participação no VA do Acre ainda é a Construção Civil, com percentual de 7,9% em 2007.

Em detrimento da expansão da participação da indústria no VA do Estado do Acre, o setor de Serviços, incluindo comércio e Administração Pública, apresentou queda, saindo de 72,4% para 68,2%, não significando uma retração real do setor, mas sim um crescimento da indústria maior que a maioria dos demais setores, inclusive Serviços e Comércio, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Valor Adicionado (VA) do Estado por atividade econômica (R\$ Milhão)

Setor e atividade econômica	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	2.648	3.042	3.625	4.109	4.390	5.277
Agropecuária	450	599	665	823	739	906
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	296	386	424	568	456	628
Pecuária e pesca	154	213	241	255	283	278
Indústria	280,3	283,2	526,6	472,5	568,6	774,2
Indústria extrativa mineral	0,3	1,2	0,6	0,5	1,6	4,2
Indústria de transformação	62	69	98	137	130	253
Construção civil	182	169	366	228	352	417
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	36	44	62	107	85	100
Serviços	1.918	2.160	2.433	2.813	3.082	3.597

Comércio e serviços de manutenção e reparação	284	337	392	490	457	575
Serviços de alojamento e alimentação	51	48	48	66	79	91
Transportes, armazenagem e correio	100	74	98	94	121	142
Serviços de informação	36	58	68	82	86	76
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	72	79	74	105	122	140
Serviços prestados às famílias e associativos	40	54	58	58	55	64
Serviços prestados às empresas	49	51	40	55	73	111
Atividades imobiliárias e aluguel	281	314	381	412	425	487
Administração, saúde e educação públicas	954	1.083	1.202	1.373	1.571	1.809
Saúde e educação mercantis	22	28	33	34	40	44
Serviços domésticos	29	34	39	44	53	58

Fonte: IBGE e Acre em Números 2009 - SEPLAN

Com a perspectiva de implantação da Zona de Processo de Exportação - ZPE do Acre, nos próximos dois anos, no município de Senador Guimard, o Setor Industrial deve aumentar significativamente sua participação no VA do estado, bem como incrementá-lo, tendo em vista que nesta ZPE somente poderão instalar-se indústrias novas, sendo vedada a transferência de uma empresa existente para dentro da ZPE.

A Zona de Processamento de Exportação - ZPE é um distrito industrial incentivado, onde as empresas nele localizadas desfrutam de um tratamento fiscal e cambial diferenciado, com a condição de destinarem a maior parte de sua produção para o exterior. O modelo convencional de ZPE utilizado, com pequenas variações, por mais de 130 países, consiste, essencialmente, em um conjunto de regras que asseguram, em

uma área espacialmente delimitada, as condições adequadas para a instalação de empreendimentos voltados predominantemente para as exportações. Como não poderia deixar de ser, face à sua larga e generalizada utilização, o mecanismo é perfeitamente compatível com as normas internacionais e, particularmente, com as diretrizes da Organização Mundial de Comércio – OMC (Projeto ZPE/ACRE 2010)

Além de ampliar a participação da indústria no VA do estado, a implantação da ZPE reduzirá a participação da Administração Pública na economia, haja vista o efeito multiplicador da implantação de plantas industriais de tamanha magnitude, pois certamente essas indústrias demandarão serviços, insumos, etc. impulsionando a economia local. Somente com a implantação da primeira fase da ZPE, com 14 plantas industriais, as exportações do estado terão uma perspectiva de incremento de U\$ 134 milhões, representando somente esse incremento, mais de seis vezes o desempenho registrado no ano de 2008, que foi de U\$ 22 milhões.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a iniciativa privada já apresenta 53% dos empregos formais contra 47% dos empregos na Administração Pública. Da iniciativa privada se destacam os setores de Comércio e Serviços, com 19% e 17% da geração de emprego. Com o desenvolvimento do setor produtivo, tende a crescer a participação da iniciativa privada na geração de emprego.

Sendo assim, a economia do Acre denota uma tendência de ampliação da iniciativa privada na geração de riquezas do estado. O Incentivo agressivo de implantação de plantas industriais mais amplas no estado tende a acelerar a expansão da participação do capital privado na economia, gerando mais empregos e ampliando a base do Valor Adicionado, bem como incentivando a consolidação do setor produtivo local.

MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO GOVERNO LULA

O Brasil, em meio século, construiu uma pujante sociedade industrial. Foram feitas extraordinárias conquistas na economia e no desenvolvimento social. O crescimento econômico, em que pese as crises econômicas da primeira metade da década de sessenta, da década de oitenta e início dos anos noventa, mostrou-se exuberante. No período 1950 -62, o PIB passou por um processo de crescimento, acompanhando as tendências da economia mundial. Experimentou, depois, um breve declínio até 1967. Seguiu-se um longo período de crescimento até 1980, e um prolongado declínio entre 1981 e 2003. É apenas no governo Lula que a economia brasileira mostra toda robustez, ignorando profunda crise da economia mundial. A partir de 2006 o País retoma vigoroso crescimento econômico com taxa média anual de incremento do PIB de 4,5%.

No período posterior ao regime militar e aos primeiros governos da chamada nova república, o governo Lula retirou o País da estagnação econômica e superou, praticamente sem recessão econômica, a mais grave crise econômica da história do capitalismo. No período de 2003, quando o governo Lula assumiu o poder, até o ano de 2009, o PIB (considerando como referência preços de 2009) evoluiu com taxa média anual de crescimento de 4,00%, com pico de destaque no ano de 2006, que em relação a 2005 cresceu cerca de 6,00%. Em relação a renda domiciliar per capita (razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número de residentes), ocorreu uma elevação média anual de 5,8% no período de 2004 a 2008, e no ano de 2006, em relação a 2005, ocorreu uma elevação de aproximadamente 9,3%.

No entanto, a dívida social, contraída nos anos cinqüenta, no período ditatorial e nos anos de estagnação, era monumental. O governo Lula (2002 – 2010) teve o mérito de reduzi-la substancialmente. O índice de Gini, que afere a concentração de renda, no período de 2004 a 2008 reduziu-se, no país, em média, 1,1% ao ano, o que indica a ocorrência de um processo de desconcentração de renda.

Com as políticas de inclusão social, pode-se verificar a redução média anual, no período de 2004 a 2008, de aproximadamente 10,00 % da proporção de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza.

Ainda em relação à pobreza, pode-se constatar que nesse mesmo período, ocorreu uma redução média anual de 9,48% na proporção de pessoas na faixa de renda domiciliar per capita inferior à linha da pobreza, com destaque para o ano de 2006, que em relação a 2005, apresentou uma redução de 13,21%.

Ainda resta, contudo, desafios materiais e sociais importantes para realização da distribuição igualitária de bem-estar e direitos de cidadania. São desafios que fazem parte de uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro a ser construída sobre os fundamentos e na continuidade da gestão do presidente Lula.

ESTADO DO ACRE – A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O final da década de noventa foi um período de intensas e importantes mudanças na história do Acre. Viu-se o desabrochar vigoroso de forças políticas portadoras de ímpeto renovador e progressista; e o encerramento de uma década de violência, tragédias e descaminhos na vida social e política do Estado.

Foi o limiar de uma era de transformação, de busca de novos valores e práticas criadoras. Um novo tempo carregado de fé, esperança e sonhos. Vivia-se sob o signo de um horizonte de mudanças profundas e alvissareiras na vida do Acre.

A amarra do regime militar ficara para trás. A brutalidade da intimidação, da violência e dos assassinatos golpeara profundamente a organização dos trabalhadores. Em contrapartida, ampliara uma concertação nacional e internacional em defesa dos valores da vida, da floresta amazônica e do povo que ela acolhera.

Os povos tradicionais do Acre, que ficaram tanto tempo sujeitos à violência e à ameaça de sua cultura, seu modo de vida e sua morada secular, tornaram-se protagonistas de um movimento que formulou uma proposta nova de sociedade e revelou lideranças comprometidas com mudanças estruturais decisivas para o desenvolvimento sustentável do Acre, o movimento sócio-ambiental, que tem como expressão máxima o líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes.

O novo projeto social pode ser resumido num ideário simples, porém de grande significado:

O povo do Acre constrói um processo civilizatório diferenciado, em conformidade com sua cultura e seu modo de vida. Sua especificidade cultural tem origem no isolamento e na relação íntima, secular, que seringueiros ribeirinhos, índios e pequenos agricultores estabeleceram com a floresta.

Esta matriz fez da gente acreana um povo florestal cujo projeto coletivo de vida tem referência na floresta.

Pela combinação dos valores e conhecimentos tradicionais com a ciência moderna será capaz de, fazendo uso sábio da floresta, gerar riqueza material e bem-estar, conservando os recursos ambientais. Além disso, fortalecer a sua identidade, assegurar direitos humanos fundamentais e qualidade de vida; tudo conforme o modo de vida próprio, a visão, sentimento e valoração específicos de bem-estar e felicidade. Este paradigma civilizatório foi sintetizado no conceito de Florestania.

O modelo civilizatório em construção a partir dessas normas permitirá que o povo acreano edifique uma vida social de bem-estar, próspera e sustentável, num sentido específico.

Sustentabilidade e prosperidade significam, no caso do Acre, a continuidade de avanços e melhorias em todas as esferas da vida social, de acordo com os valores e a cultura originária do povo acreano.

Este característico movimento da sociedade foi assumido, no Acre, como desenvolvimento sustentável, acompanhando uma vertente conceitual nascida no contexto da crise ambiental do capitalismo, mas com um enfoque precipuamente local.

Não como uma situação ou estado acabados, mas como um processo. Processo de desenvolvimento que, numa sociedade capitalista, é sempre engendrado por contradições. É justamente este fluxo social contraditório que cria o espaço da luta, da mudança e do impulso para frente.

No processo de luta social, a proposta de desenvolvimento traduziu-se em poder político. A Frente Popular do Acre, sustentada numa base social formada por seringueiros, índios, posseiros, agricultores familiares, ribeirinhos, moradores das periferias urbanas, estratos da classe média e os segmentos do empresariado alinhados com o desenvolvimento sustentável, acumulou força social; e presença

política nos parlamentos locais e na assembléia legislativa. No mesmo passo, alçou ao governo do Acre um grupo de lideranças jovens, comprometido com a mudança do paradigma predatório e a implantação do novo projeto de desenvolvimento.

O novo projeto promoveu intensas e vigorosas mudanças na vida do Acre. Reformou o aparato estatal para adequá-lo ao projeto de desenvolvimento sustentável. O Estado achava-se destroçado e inapto. Estabeleceu uma nova concepção de governo, fundada numa estratégia para remover os obstáculos que estrangulavam o desenvolvimento estadual, pensando e implantando projetos e ações estruturantes e, ao mesmo tempo, cuidando de processos imediatos de melhoria das condições de vida da população.

Os governos da Frente Popular estiveram sempre atentos às manifestações e aspirações da sociedade, refletidas no parlamento ou expressas pelos movimentos sociais. E inaugurou um período de equilíbrio político e postura ética na relação com o poder legislativo. O Acre tornou-se exemplo de diálogo entre governo e as organizações da sociedade.

Existem virtudes que têm materialidade. São os feitos econômicos e infraestruturais, por exemplo. Mas há os que têm forma espiritual.

Freqüentemente, a parte mais visível é a grande obra de infra-estrutura. E nessa esfera realizações em grande escala e de efetiva funcionalidade são indiscutíveis. Contudo, em mais de 11 anos dos governos da frente popular do Acre, grandes e positivas transformações do Acre aparecem como fundamento e fator determinante da nova ordem para o desenvolvimento, na esfera espiritual: o direito, a psicologia coletiva, a consciência coletiva, a política, a ética e a cultura. O conjunto de mudanças nesse campo significou a garantia de direitos individuais, identidade, auto-estima, consciência ambiental, combate à corrupção e unificação política em torno de um projeto para o Acre.

Por isto, a obra da Frente Popular significa uma ruptura de velhos e viciados paradigmas nas esferas do Estado e da sociedade. Imprimiu sadios hábitos e normas de governar e fincou marcos humanistas e ambientais do progresso social.

São inúmeros os feitos. Em conjunção com o judiciário e legislativo, enfrentou e desmantelou o crime organizado, restabelecendo o “Estado de Direito”. Fez valer o interesse público na ação do Estado. No passado, explicitamente, prevaleciam os

negócios privados. Impôs uma nova ética do ato de governar, coibindo a corrupção. Fortaleceu a auto-estima e identidade do povo acreano, valorizando a sua vigorosa história como obra de inteligência, coragem e virtuosidade dos seus povos tradicionais. Contribuiu fortemente para criação de uma consciência coletiva de valorização da floresta e defesa do ambiente natural. Unificou o povo do Acre em torno de um projeto de desenvolvimento com fundamento na sua cultura, identidade e nos recursos da floresta. Contribui, de forma determinante, para dar um sentido não só ambiental e natural à floresta, mas, especialmente, sócio-cultural. Diante do desmonte a que foi submetido o aparato do Estado, restaurou a desmontada máquina administrativa, criou capacidade de planejamento e de financiamento de investimentos públicos, melhorou os serviços públicos, adotou políticas públicas de incentivo à pequena produção, geração de renda e emprego. Especificamente recuperou e fortaleceu a produção extrativista com o subsídio à borracha (Lei Chico Mendes) e a sustentação do preço da castanha do Brasil e empreendeu a modernização da produção de farinha no Vale do Juruá.

Deu passos importantes para criar as condições de implantação do manejo sustentável de produtos florestais. Iniciou um amplo processo de construção de uma economia de baixo carbono, com a Política de Valorização do Ativo Ambiental, com os Programas de Florestas Plantadas, o de Serviços Ambientais, e o de Uso Sustentável das Áreas Abertas integrados ao Programa de Implantação e Modernização de Indústrias Agro-florestais. Especialmente, reformou o sistema educacional, criando as condições para ampliação e melhoria do ensino, fazendo, reconhecidamente, uma revolução na educação do Acre. Saneou e fortaleceu as finanças públicas.

Além disso, deu importantes passos, visando a implantar a infraestrutura física do desenvolvimento e as condições institucionais do Estado para investimentos de escala, públicos e privados na economia, especialmente nas Zonas Especiais de Desenvolvimento - ZEDs . Teve-se em vista, entre outras condicionantes, a integração regional com os países andinos. A atenção voltou-se para empreendimento de geração de emprego em larga escala e produzissem efeitos multiplicadores na economia. Os empreendimentos voltados para a indústria florestal e agroindustriais foram integrados

à pequena produção, com participação do governo tanto na regulação quanto no investimento, o que se denominou como PPC (ou seja investimentos que possuem participação pública, privada e comunitária)

Os governos da Frente Popular do Acre enfrentaram o desafio de pavimentação da BR-364 no trecho Rio Branco-Cruzeiro do Sul e da Br-317 até a fronteira com o Peru em Assis Brasil, além de diversas estradas estaduais, a exemplo da Transacreana, a Estrada do Produtor e mais de 200 quilômetros de asfaltamento em ramais.

No que se refere à política ambiental, foram realizadas ações que permitiram drástica redução da taxa de desmatamento e possibilitaram oportunidades para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. Entre essas políticas podemos destacar : i) Zoneamento Ecológico Econômico através do Sistema de Áreas Naturais Protegidas, Gestão de Recursos Hídricos, Desenvolvimento Comunitário, Gestão de Terra Indígenas, conclusão dos ordenamentos territoriais municipais, ii) Valorização do Ativo Ambiental Florestal por meio da Regularização do Passivo Ambiental Florestal, Certificação de Unidades Produtivas Familiares, Gestão de Florestas Públicas, Privadas e Comunitárias, Reflorestamento, Recuperação de Áreas Alteradas e Incentivos aos Serviços Ambientais; iii) Fortalecimento da Gestão Ambiental dos municípios por intermédio da aplicação de instrumentos econômicos para gestão e descentralização do licenciamento e da gestão ambiental; iv) Sistema de comando e controle através da implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Acre – PPCD, modernização do licenciamento ambiental bem como ampliação da capacidade técnica de monitoramento dos recursos naturais.

Um fato significativo, evidente, vigoroso projeta o Governo da Frente Popular do Acre como o marco de uma nova era na história do Estado do Acre. Pois é inegável que o projeto da Frente Popular, em pouco mais de 11 anos, implantou a infraestrutura e preparou as condições de qualificação humana e institucional para o desenvolvimento.

ELEMENTOS DE UMA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO DO ACRE

Nenhuma teoria é capaz de prescrever uma estratégia universal para o desenvolvimento. Estratégia é um caminho específico. Ela é produto do ambiente natural, da história, da cultura, identidade, das relações de forças sociais e do marco institucional de um povo.

O Acre faz parte do Bioma amazônico, tem a história impregnada por um sonho de emancipação e autonomia, uma cultura e identidade determinadas pela íntima relação do seu povo com a floresta, um processo de formação de consensos no que respeita ao desenvolvimento e um ambiente social e institucional em que domina o debate livre e democrático.

Definido o paradigma, consolidado o ideário de um novo projeto civilizatório, criadas as condições institucionais, os requisitos de infraestrutura e logística e construídos passos fundamentais da qualificação humana e do financiamento do modelo geral de desenvolvimento, o novo desafio consiste na construção de uma plataforma de desenvolvimento econômico, — tendo a floresta, no mesmo passo, como valor em si e valor econômico — que se expresse como vetor de desenvolvimento humano, proporcionando melhoria da qualidade de vida das pessoas e forte redução das desigualdades sociais e regionais. O desafio é associar crescimento da economia, equidade social, desenvolvimento humano e melhoria de qualidade ambiental.

Para isto, será preciso uma ação ampla de fomento do desenvolvimento econômico, acompanhada pela implementação de vigorosas políticas de inclusão econômica e social, de conservação dos recursos ambientais, de valorização e fortalecimento da cultura local, para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento.

O projeto de desenvolvimento segue desde o início referenciado pelo Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), cuja implementação vem se efetivando nos governos da Frente Popular do Acre.

No Acre, no domínio econômico, conforme o modelo de desenvolvimento sustentável, o avanço da produção, sem embargo da ocorrência de expansão horizontal, tornar-se-á possível por aumento substancial da produtividade da economia. Principalmente, a elevação da produtividade da exploração florestal e do setor agropecuário, onde ressalta-se a produção familiar e a pecuária sustentável de pequeno e grande porte,

especialmente nas Zonas Especiais de Desenvolvimento - ZEDs. Com o detalhamento das Regionais, as ZEDS configuram como áreas territoriais especiais para investimentos diversos sejam de infra-estrutura, sejam de modernização tecnológica em escala de variadas cadeias produtivas nas áreas alteradas ou em áreas florestais indicadas pelo ZEE.

Pesquisa, inovação e difusão de tecnologia são elementos estratégicos fundamentais do desenvolvimento do Acre. Será necessário uso de tecnologias de manejo e conservação da floresta e dos solos; assim como no setor energético, na indústria florestal, na agroindústria, na indústria de produtos de consumo popular e nos serviços. A estratégia para impulsionar o crescimento sustentado da produção compreende o desenvolvimento e a modernização das cadeias produtivas florestais, agroflorestais e agropecuárias, visando o aumento do emprego e da renda; e a inclusão econômica e a ampliação das ocupações produtivas com o objetivo de proporcionar trabalho e rendimento dignos para população em situação de desemprego, subemprego e trabalho informal.

No conjunto das cadeias produtivas assumirá destaque a economia de baixo carbono, compreendendo formas produtivas e serviços de mitigação e de adaptação. A valorização do ativo florestal, o reflorestamento, a geração de energia limpa e o mercado de serviços ambientais serão fatores importantes da implementação da economia de baixo carbono. O REDD (Redução de Emissão de Desmatamento e Degradação) é, não só instrumento fundamental de realização desse propósito, mas uma oportunidade de negócios ao setor rural, pois poderá se constituir como um nova modalidade de renda adquirida com a floresta em pé das áreas de reserva legal e outros remanescentes florestais das propriedades.

Todos esses mecanismos de desenvolvimento de uma economia sustentável e limpa estão sendo planejados, organizados, negociados e executados pelo atual governo da FPA com vistas a sua implementação.

No Acre, a tendência de robusto crescimento do produto da indústria é indicativo do seu potencial e da sua extensa fronteira de expansão. Especialmente as indústrias de processamento de matérias primas locais, da construção civil e de produtos de consumo popular.

Aí deverá operar uma ousada indução do investimento. Uma política industrial, fundada

na definição de prioridades e incentivos fiscais financeiros, será um fator importante de fomento à produção industrial. Este é um caminho para mudar o padrão de especialização da economia.

A Zona de Processamento de Exportações (ZPE), já instituída, será um instrumento importante de política industrial. A ZPE deverá ter sólidas conexões com o resto da economia do Acre, especialmente com os setores florestal e agropecuário localizados nas Zonas Especiais de Desenvolvimento - ZEDs para exercer um poderoso efeito multiplicador na geração interna de emprego e renda.

Em resumo, a continuidade da construção de uma economia florestal, no contexto do projeto de desenvolvimento sustentável do Acre, envolvendo produção e serviços da floresta, produção “agroflorestal” e agropecuária, articuladas ao processo de industrialização e de geração de serviços, com forte agregação de valor à produção primária, sintetiza a estratégia de formação de emprego, ocupações produtivas e renda, visando à melhoria das condições e qualidade de vida da população.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Aprofundar o projeto de desenvolvimento sustentável e inclusão social do Estado do Acre, com:

1. Economia de base florestal limpa, justa e competitiva;
2. Garantia de serviços básicos de qualidade para todos
3. Fortalecimento da emancipação das s comunidades para o desenvolvimento local.

Com isso, as ações de governo serão voltadas para a melhoria da qualidade de vida, trabalho, moradia e lazer das pessoas, com foco na inclusão social e na redução das desigualdades; no fortalecimento da identidade história e cultural do povo acreano; e maior agregação de valor aos produtos com elevação da produtividade através da industrialização; crescimento das ocupações produtivas e emprego; valorização da floresta e melhor aproveitamento das áreas degradadas.

EIXO ESTRATÉGICO

1. ECONOMIA DE BASE FLORESTAL SUSTENTÁVEL

ÁREAS DE RESULTADO

1.1. Desenvolvimento Econômico

O Estado do Acre atuará orientado para o provimento de políticas públicas que concretizem seu potencial produtivo, marcando o período de 2011-2014 como um momento de intensa promoção da produção e da produtividade e com o objetivo de viabilizar oportunidades crescentes de trabalho para as pessoas.

As políticas públicas propiciam os meios necessários à consolidação de iniciativas produtivas no Estado, diversificando e verticalizando a produção local bem como articulando ações/iniciativas que tornem o Acre um destino vantajoso aos novos empreendimentos e, ao mesmo tempo, adequado para a maturação dos empreendimentos já estabelecidos.

O alinhamento entre as ações/intervenções governamentais com uma economia responsável social e ambientalmente de modo que sejam viabilizados os meios necessários para incentivar a prática de atividades econômicas que além geradoras de renda também sejam distributivas, beneficiando ainda mais e melhor o povo acreano.

No meio rural a produção será dinamizada a partir da diversificação e verticalização das principais cadeias produtivas, alinhando estratégias articuladas de produção, industrialização e comercialização nos setores florestal, pecuário e agrícola acreanos.

No meio urbano os pequenos negócios e a economia solidária serão opções estratégicas que apoiarão a emancipação socioeconômica da população acreana e

para tanto contarão com políticas públicas indutoras da competitividade, o financiamento e a profissionalização dos empreendimentos produtivos.

A industrialização também será fortemente impulsionada pela Zona de Processamento de Exportação – ZPE que cumprirá relevante papel na transformação do Estado como um pólo atrativo da indústria de exportação e impulsionador da industrialização com base nas potencialidades locais.

As ações voltadas para os pequenos empreendimentos urbanos sejam eles individuais ou coletivos dinamizarão a economia e funcionarão como um importante gerador de postos de trabalho, elevando a participação da iniciativa privada na ocupação produtiva e tornando a economia mais fortalecida na geração de riquezas em nosso Estado.

O caminho percorrido pelo governo da Frente Popular na última década foi o de consolidar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico e social do Estado, recuperando e ampliando a capacidade produtiva local, com ênfase na economia florestal.

Nesse sentido, fortalecer o setor privado para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva em forte base florestal; e promover o empoderamento das comunidades com a finalidade de emancipá-las, do ponto de vista da autonomia econômica tem sido os grandes desafios a serem superados. Como exemplo do alcance desses resultados, tem-se o crescimento da produção agrícola; a ampliação da participação do setor florestal na economia; o forte crescimento da pecuária de corte; e duplicação do PIB do Estado, com ampliação significativa da participação da economia local na sua composição.

A ampliação e o desenvolvimento destes resultados positivos prescindem da consolidação de projetos que ainda estão em curso e que necessitam de mais tempo de maturação, e de novas e pujantes políticas públicas na área de Desenvolvimento Econômico, tais como: inclusão econômica; desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis; fortalecimento da agricultura familiar; desenvolvimento do turismo; indução e gestão da política de investimentos; e consolidação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

1.1.1. Inclusão Econômica: economia solidária e pequenos empreendimentos urbanos

A Economia Solidária tem sido uma política de inclusão social das pessoas em nosso Estado, gerando oportunidade de trabalho, renda, segurança alimentar e nutricional e, fundamentalmente, promovendo a emancipação socioeconômica e política dos empreendimentos individuais e coletivos no espaço urbano.

Será dada continuidade às ações específicas de qualificação profissional, de fomento e incubação aos empreendimentos e grupos, de comercialização solidária – locais, regionais, estadual e nacional, de integração com as políticas de segurança alimentar e nutricional, de inclusão socioprodutiva e de microfinanças, visando a autogestão e a sustentabilidade dos empreendimentos.

Também serão ampliadas ações de fortalecimento da política como a estruturação do Conselho Estadual de Economia Solidária, a parceria com os municípios para a interiorização dessa política e a parceria com o governo federal, FBES (fórum brasileiro de economia solidária) e CFES (centro de formação em economia solidária).

1.1.2. Agricultura familiar

Serão promovidas ações estratégicas junto à agricultura familiar, buscando elevar sua produção, produtividade, rentabilidade e capacidade de gestão, viabilizando desse modo o espaço da produção regional no mercado, com geração de renda e produção de alimentos e matérias-primas essenciais ao desenvolvimento das cadeias produtivas sustentáveis. Ligados a produção familiar estará a ampliação de assentamentos tipo pólos agroflorestais em articulação com o Governo federal, nas ZEDs aproveitando a infraestrutura já instalada e voltada à produção e ao abastecimento local e regional.

1.1.2.1. Fortalecer os planos de desenvolvimento dos Povos Indígenas.

As populações indígenas desempenham papel de destaque na conservação dos recursos florestais do estado. São as áreas com menor taxa de alteração da floresta. Para desempenhar esse serviço requer grau de organização que muitas elevam o grau de dificuldade para prover as necessidades de sua população. Para superar esta realidade nos últimos anos as organizações indígenas desenvolveram

dois instrumentos importantes. Serão valorizados e fortalecidos, prioritariamente, o Fórum Indígena, que congrega todos os povos para debaterem e levantarem ações comuns para diálogo com os governos; e os Planos de Gestão de Terras Indígenas – PGTI que são instrumentos orientadores das necessidades das comunidades nas mais diferentes áreas.

1.1.3. Desenvolvimento de cadeias produtivas

Consolidar políticas públicas que promovam a competitividade dos empreendimentos produtivos, a partir do apoio na superação das deficiências tecnológicas, gerenciais e organizacionais, que impedem o crescimento e o desenvolvimento dos empreendimentos. As cadeias produtivas prioritárias devem ser aquelas associadas aos programas de uso sustentável das áreas alteradas (grãos, mandioca, pecuária de corte sustentável e a de pequeno porte, fruticultura e etc), o de reflorestamento e o de gestão e manejo florestal.

1.1.4. Turismo

Desenvolver plano de marketing para promoção do destino Acre, consolidando as rotas turísticas já definidas pela política estadual de turismo (Caminhos da Revolução, Caminhos de Chico Mendes, Caminhos da Florestania, Rota Internacional Amazônia-Andes-Pacífico entre outros).

Consolidar a infra-estrutura turística no Estado, desenvolver e implantando novas rotas e produtos turísticos relacionadas a uma série de ações já em curso, tais como promoção do turismo étnico, do turismo científico (geoglífos) e do turismo de aventura, esportivo e arvorismo. Além disso, atrair investimento privado nacional e estrangeiro, especialmente no ramo da hotelaria, transporte e infra-estrutura, visando a diversificação da carteira de produtos e serviços disponíveis em nosso estado.

1.1.5. Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZEDs)

Fortalecimento dos processos de produção, visando aumentar a competitividade e agregar mais valor aos produtos sustentáveis, a partir da base local de produção, notadamente naquelas áreas que se disponha de vantagens comparativas e/ou que

possam desenvolver vantagens competitivas, localizadas especialmente nas Zonas Especiais de Desenvolvimento –ZEDs, onde o conjunto de investimentos em infraestrutura e difusão tecnológica acontecem em maior escala

1.1.6. Indução e gestão de investimentos:

O Governo do Estado irá ordenar e articular o investimento público e privado, direcionando adequadamente as intervenções junto ao setor produtivo. O Governo pautará sua atuação alinhando suas políticas de fomento, políticas fiscais, os investimentos e de gastos públicos às políticas públicas dinamizadoras da economia local. Em relação à iniciativa privada promoverá estratégias de atração de investimentos para os setores da economia, ordenando e impulsionando os investimentos dinamizadores da economia local, considerando as oportunidades de integração com o resto do mundo.

1.2. Meio Ambiente

O novo ciclo de governo da FPA representará um projeto político estruturado sob as diretrizes de ordenamento territorial iniciada com o Zoneamento Ecológico Econômico, passando pelos ordenamentos territoriais locais até o planejamento territorial em comunidades. Neste sentido, busca-se consolidar o modelo de desenvolvimento humano sustentável, integrando uma gestão territorial e ambiental adequada para a promoção de uma economia de baixo carbono com inclusão e empoderamento social. Uma política de baixo carbono e alta inclusão social.

A proposta de governo do período 2011— 2014 para a área ambiental é concebida de forma transversal, conciliando as políticas sociais e econômicas com a conservação dos recursos naturais, dos ativos florestais, bem como a geração e manutenção dos serviços ambientais.

Com esta visão e considerando o legado de políticas públicas ambientais, programas e projetos estruturantes do primeiro e segundo períodos de governo da FPA, a proposta para o próximo período governamental reafirma o compromisso na concepção de políticas inovadoras para o fortalecimento de uma economia florestal e agroflorestal

sustentável, considerando o contexto global de mudanças climáticas e as estratégias de repartição dos benefícios oriundos dos ativos florestais e da biodiversidade.

Assim serão fortalecidas as políticas de: i) Zoneamento Ecológico Econômico através do Sistema de Áreas Naturais Protegidas, Gestão de Recursos Hídricos, Desenvolvimento Comunitário, Gestão de Terra Indígenas, conclusão dos ordenamentos territoriais municipais, II) Valorização do Ativo Ambiental Florestal por meio da Regularização do Passivo Ambiental Florestal, Certificação de Unidades Produtivas Familiares, Gestão de Florestas Públicas, Privadas e Comunitárias, Reflorestamento, Recuperação de Áreas Alteradas e Incentivos aos Serviços Ambientais; III) Fortalecimento da Gestão Ambiental dos municípios por intermédio da aplicação de instrumentos econômicos para gestão e descentralização do licenciamento e da gestão ambiental; IV) Sistema de comando e controle através da implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Acre – PPCD, modernização do licenciamento ambiental bem como ampliação da capacidade técnica de monitoramento dos recursos naturais.

Alem de fortalecer o processo de valorização da floresta em pé e a melhoria da qualidade de vida de suas populações e, considerando que 70% da população acreana está concentrada nas cidades, o novo mandato da FPA focará na política do ambiente urbano. A política direcionada para atender esta população levará em conta o crescimento populacional do Estado, buscando soluções preventivas à crescente vulnerabilidade ambiental decorrente do processo histórico de ocupação desordenada e de fenômenos climáticos extremos, notadamente as alagações. O Governo deve estimular políticas para gerenciamento e tratamento do lixo gerado nas cidades, implementando o Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos, incentivando a geração de renda pela reciclagem de resíduos, saneamento básico e criação de áreas verdes voltadas para lazer nas cidades.

Este projeto tem raízes no protagonismo histórico da sociedade acreana por uma visão de desenvolvimento que concilia o homem e o ambiente; e ampla interface com as políticas ambientais nacionais e internacionais, especialmente com a emergente agenda de mudanças climáticas globais.

1.3. Economia de Baixo Carbono

A redução das emissões de gases de efeito estufa consiste num esforço crucial e urgente que todas as nações do planeta devem empreender a fim de mitigar os impactos das mudanças climáticas sobre a vida na Terra.

A conversão para uma economia de Baixo Carbono requer investimentos significativos e atualmente representa uma real oportunidade de atração de capital e investimentos públicos e privados em função dos mercados oficial e voluntário de carbono.

A Política Nacional de Mudanças Climáticas estabelece compromissos voluntários do Governo Federal em reduzir entre 36,1 a 38,9% das emissões de gases de efeito estufa projetadas para 2020 nos diversos setores da economia.

O Estado do Acre apresenta um grande potencial de redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento evitado. O Estado, ao mesmo tempo em que é emissor de gases de efeito estufa, é também vítima das mudanças do clima, principalmente, junto àquelas populações social e economicamente mais vulneráveis. Outro aspecto é que esse esforço para redução de emissão é também uma oportunidade de negócio para toda área rural com parcelas significativas de floresta.

Para uma Economia de Baixo Carbono no Estado do Acre é preciso identificar, planejar e coordenar ações que possam mitigar as emissões de gases de efeito estufa, assim como, empreender aquelas necessárias à adaptação da sociedade acreana aos impactos decorrentes das mudanças do clima e criar o ambiente aos novos negócios e empreendimentos a serem implantados nessa nova realidade global, de forma que o Estado possa alcançar o desenvolvimento econômico e social garantindo melhores níveis de qualidade de vida para a sua população.

EIXO ESTRATÉGICO

2. SAÚDE E EDUCAÇÃO

ÁREAS DE RESULTADO

2.1. Saúde

No atual contexto de consolidação do Sistema Único de Saúde no Acre, a proposta da Frente Popular para o setor saúde é de ampliar a capacidade gestora, política e institucional visando garantir a universalidade, equidade e a integralidade, reafirmando nesta prática o padrão de política social, onde o SUS se insere como política pública fundamental no reconhecimento e garantia dos direitos sociais e conseqüente dever do estado como provedor destes direitos.

Avançamos na melhoria da infraestrutura com reformas, ampliações, construções de novas unidades de saúde e aquisição de equipamentos e mobiliários em consonância com as normas técnicas vigentes e padrões de acreditação. O plano de cargos, carreiras e remuneração tem oferecido ganhos reais aos trabalhadores, que têm vivenciado melhoria inquestionável do ambiente de trabalho. A rede de serviços de saúde, em articulação com todos os municípios está em franca expansão e a sua regulação efetiva oferece mais racionalidade ao sistema. A mortalidade infantil vem caindo de forma sustentada. Doenças endêmicas como malária, hanseníase e leishmaniose entre outras, têm estratégias de controle mais efetivas. A gestão avançou no planejamento e execução de ações estabelecidas a partir das metas propostas. A descentralização da gestão do SUS e as experiências com novos modelos de gestão tem apresentado resultados satisfatórios.

Diante dos avanços e conquistas dos últimos 12 anos, ainda se apresentam muitos desafios para a concretização do sonho de garantir uma saúde humanizada e de qualidade para todos os acreanos, assegurando o acesso organizado ao serviço de saúde, visando atendimento solidário, acolhedor, justo e resolutivo.

Desta forma a Frente Popular propõe:

i) Fortalecimento da Gestão

- Consolidar as redes de assistência de forma regionalizada e hierarquizada, com ênfase nos grupos mais vulneráveis, como a infância, mulher, terceira idade e populações em condições de iniquidade.
- Ampliar os programas de formação e qualificação dos trabalhadores em saúde, incluindo as estratégias de educação à distância.
- Consolidar um Sistema Informatizado de Regulação nas Secretarias Municipais de Saúde, nas Macrorregiões e Regionais de Saúde e prestadores de serviços ambulatoriais e hospitalares do SUS.
- Promover ações de gestão do trabalho e fomentar a participação popular, através dos conselhos, na elaboração de políticas de saúde.

Fortalecer o planejamento estratégico e participativo, a descentralização financeira e da gestão do SUS, considerando modelos e /ou instrumentos que ofereçam mais agilidade, eficácia e melhor relação custo benéfico à gestão.

Fortalecer ações de monitoramento, avaliação, auditoria e ouvidoria do SUS.

ii) Fortalecimento da Atenção a Saúde

- Promover a integralidade na atenção à saúde humanizada, ampliando o acesso às ações e serviços de saúde em todos os níveis de assistência de forma solidária e cooperativa com os entes federados.
- Fomentar, fortalecer e co-financiar a Atenção Primária em Saúde ampliando a cobertura da Estratégia de Saúde da Família – ESF (incluindo o PSF Móvil), fortalecendo Policlínicas, Centros de Saúde, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF/URAP) e Unidades de Apoio Diagnóstico (UAD) em todas as regiões de saúde.
- Consolidar a descentralização das ações e serviços direcionados à criança, ao adolescente e a mulher com foco no Pacto de redução de mortalidade

materna e infantil, agenda criança Amazônia e objetivos de desenvolvimento do milênio – ODM.

- Ampliar e Fortalecer a rede de atenção de média e alta complexidade: SAMU, salas de estabilização, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Hospitais especializados, Ambulatórios e Serviços Especializados, Serviços de Apoio Diagnóstico, Centros de Apoio Psicossocial, Unidades de desintoxicação e Hospital Dia dentre outros serviços.
- Intensificar a orientação do processo de trabalho em saúde com foco no cuidado e na humanização.
- Ampliar o acesso a medicamentos básicos, estratégicos e excepcionais, de forma racional, através de protocolos clínicos a baixo custo ou através de dispensação gratuita.
- Intensificar a política de atenção a população ribeirinha, indígena e extrativista, projetos de assentamento e outras populações vulneráveis, com vistas a redução das iniquidades, por meio do Programa de Saúde Itinerante e PROACRE.
- Consolidar e implementar as Centrais de Transplante e captação de órgãos.

iii) Ações de Vigilância em Saúde

- Intensificar estratégias de integração das políticas públicas de Estado visando a prevenção da violência.
- Garantir a homogeneidade da cobertura vacinal nos municípios e em todas as faixas etárias prioritárias.
- Sistematizar ações de saúde para o controle e enfrentamento, de forma contínua, de epidemias, doenças endêmicas, doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis.
- Intensificar as ações de prevenção diagnóstico e tratamento de câncer de colo de útero e mama, próstata e outros.

- Implementar a política de promoção da saúde com foco no pacto pela saúde.
- Intensificar estratégias para redução dos danos e riscos sanitários e ambientais com atuação integrada das vigilâncias.

2.2 Educação

É inegável que a gestão da Frente Popular conseguiu, nos últimos doze anos, superar décadas de atrasos na Educação e fazer avançar a qualidade do ensino e do aprendizado a partir de uma gestão inovadora e participativa que tornou o Acre referência para a educação pública em todo o país. O Acre evoluiu nas avaliações do INEP da 27ª posição no ranking nacional para os 10 primeiros lugares em qualidade.

Para atingir a melhor qualidade da aprendizagem foi construído um projeto estratégico, com a definição das prioridades da educação, destacando-se: I) implementação do programa de valorização dos profissionais, com a melhoria dos salários; II) criação do programa de qualificação profissional com a formação de nível médio e superior os professores de todos os municípios; III) criação de padrões básicos de funcionamento das escolas, com a adequação dos espaços físicos conforme o nível de atendimento às necessidades de cada faixa etária; IV) a construção e a reforma das escolas; V) execução do programa de alfabetização de jovens e adultos; VI) maior oferta de vagas para o ensino médio em todos os municípios do Estado; VII) implementação do programa Asas da Florestania para comunidades de difícil acesso; VIII) aprovação da Lei nº. 1.513/2003, que estabeleceu os princípios da gestão democrática nas unidades de ensino da rede estadual e a criação de uma política de autonomia financeira com a descentralização de recursos para as escolas; IX) criação do programa de certificação das competências dos gestores escolares; X) organização de novos currículos que estabeleceram as capacidades e conteúdos para cada componente curricular e série; XI) instituição do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar – SEAPE;

Diante dos avanços alcançados nos últimos doze anos é necessário reconhecer que existem desafios a serem vencidos e estes não estão circunscritos somente a área

educacional. Na nova gestão da Frente Popular do Acre será necessária uma grande articulação dos vários setores do governo e sociedade para que as escolas possam melhorar ainda mais seus resultados, superando os seguintes desafios:

- Universalizar a educação básica até 2014, com prioridade para a educação infantil e ensino médio;
- Apoiar os municípios para ampliar a oferta de vagas na pré-escola e creches;
- Consolidar os programas Escola Ativa, Asas da Florestania fundamental e médio para garantir o atendimento educacional às comunidades de difícil acesso;
- Fortalecer e ampliar os processos de melhoria dos indicadores educacionais;
- Consolidar o Sistema da Avaliação da Aprendizagem Escolar-SEAPE;
- Intensificar programas de formação continuada, articulados com as orientações curriculares e os resultados das avaliações estaduais e nacionais;
- Diminuir para marca de um dígito o índice de analfabetos acima de 15 anos de idade;
- Garantir a continuidade da escolarização para os egressos dos programas de alfabetização;
- Ampliar as oportunidades educacionais para os jovens e adultos que não tiveram acesso a escola na idade adequada, com a introdução de processos de profissionalização e a utilização de novos formatos de atendimento, como educação a distancia e semi-presencial;
- Ampliar a autonomia das escolas para que possam ser construídos projetos pedagógicos com foco na melhoria de resultados educacionais;
- Fortalecer os mecanismos de participação das famílias na gestão das escolas;
- Modernizar a gestão das escolas com o estabelecimento de programas de formação de gestores com foco em resultados e no aprimoramento de sistemas de informações como SIGE e SAGE;

- Consolidar e ampliar o regime de colaboração com os municípios, para a ampliação do acesso a escola e melhoria dos indicadores educacionais;
- Aperfeiçoar a política de valorização dos profissionais da educação, intensificando o diálogo com a categoria;
- Intensificar as ações de educação inclusiva;
- Fortalecer a infraestrutura das escolas dentro dos padrões básicos arquitetônicos e pedagógicos definidos.
- Consolidar as políticas de educação escolar indígena.

EIXO ESTRATÉGICO

3. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ÁREAS DE RESULTADO

3.1. Segurança Pública

O sistema de segurança pública do Acre é formado pela Secretaria de Segurança Pública - SESP responsável pela coordenação da política, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e o Departamento Estadual de Trânsito.

Os índices de violência e criminalidade vêm se alterando em todos os municípios brasileiros, em especial nas capitais, que demonstram uma forte tendência ao crescimento. Os principais fatores de risco são o álcool e as drogas ilícitas.

No mundo, conforme relatório da Organização Mundial de Saúde-2008, 82 países são produtores de drogas ilícitas. A área total de cultivo de coca diminuiu 8% no mundo,

somente a Colômbia reduziu 18%, contudo o Peru e Bolívia aumentaram 4% (56.100ha) e 6% (30.500ha), respectivamente. Por serem os países de fronteira com o Acre (618 km de fronteira seca com a Bolívia e 1.350km com o Peru), temos diante das políticas públicas de combate ao tráfico de drogas um grande desafio. No ano de 2009, o mercado de drogas movimentou em torno de 300 bilhões de dólares. No acre, cerca de 90% das drogas apreendidas vem do Peru.

O Brasil é o segundo país em importação de cocaína na América do Sul e um dos principais em trânsito de drogas oriundas da Colômbia, Peru e Bolívia, sendo o Acre, pela larga faixa de fronteira com estes dois últimos países, naturalmente exposto como porta de entrada do tráfico internacional. Parte dos homicídios registrados no Brasil, 50 mil a cada ano, tem como causa a cadeia das drogas. Desse total de homicídios registrados, 74,4% são praticados com arma de fogo. No Acre, dos homicídios registrados em 2009, 6% foram motivados por drogas.

Um fator de vulnerabilidade que o Acre apresenta é a sua população jovem, entre 15 e 29 anos, que representa 30% e, conforme indicativos da população, são os maiores consumidores de drogas ilícitas, como maconha e cocaína. No Brasil, 39,7% das mortes por assassinato são de jovens entre 16 e 24 anos.

É possível afirmar que grande parte dos pequenos roubos, como bicicletas e celulares, ocorridos em Rio Branco são praticados por dependentes de drogas, revelando mais um indicativo das mudanças impostas por uma realidade comum às cidades em crescimentos.

O consumo de álcool e seus desdobramentos em violência e crime no Acre têm raízes culturais e é igualmente importante enquanto fator de risco. É fato que a violência altera sobremaneira a qualidade de vida das populações. Para se ter uma idéia, o custo estimado da violência no Brasil é de aproximadamente 300 milhões de reais por dia, recursos que, em tese, poderiam ser aplicados em outras políticas sociais.

A bebedeira resulta em diversos crimes, destacando-se os homicídios. Em 2009, do total dos homicídios cometidos, 18% têm como fator de causa a bebedeira. A maior parte da violência praticada contra mulher tem a mesma causa. Nesse mesmo ano, do total de lesões corporais registradas, 58% foram contra a mulher.

De 1999 a 2010 foram realizadas muitas ações de prevenção e repressão à violência e à criminalidade, bem como medidas sócioeducativas. Dentre elas destacamos: i) combate ao crime organizado; ii) ampliação das estruturas administrativas, viatura, efetivos das polícias civil, militar e de trânsito, com a cobertura de serviços em todos os municípios do Estado; iii) adoção de tecnologias de gestão e informação para os serviços de inteligência, investigação e perícia criminal; iv) criação dos policiamentos de fronteira e fluvial; e atendimento de ocorrências emergenciais via aéreo, com a criação do Grupamento Aéreo; v) implantação do videomonitoramento no centro de Rio Branco; vi) reforço e ampliação do atendimento das chamadas pelo 190 – CIOSP; vii) implantação do policiamento de proximidade com a comunidade – provida e polícia da família; viii) criação de um Centro Integrado de Pesquisa e Formação em Segurança Pública.

A gestão da Frente Popular para o quadriênio 2011-2014, terá como desafios: i) implementar uma gestão integrada das instituições de segurança pública com as instituições de justiça e o Ministério Público; ii) implementar a descentralização administrativa das polícias no âmbito da regionalização; iii) fortalecer a Polícia Comunitária; iv) consolidar o policiamento de fronteira no âmbito da PC e PM; v) ampliar as estruturas dos postos da PC e PM nos bairros da capital; vi) melhorar a infraestrutura e pessoal qualificado dos serviços especializados de segurança pública; viii) articular as ações de prevenção à violências às demais políticas sociais, especialmente as voltadas para os jovens e mulheres; ix) Implementar o sistema SIGO de gestão da informação operacional da segurança pública para todo o interior; x) Fortalecer a infraestrutura do centro de capacitação integrada para aprimoramento profissional tático.

3.2. Medidas Socioeducativas

As medidas sócio-educativas, cujas disposições gerais encontram-se previstas nos artigos 103º a 128º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) são aplicáveis aos adolescentes que incidirem na prática de atos infracionais. A Constituição Federal, em seu Artigo 227ª afirma ser “dever da família, da sociedade e

do Estado assegurar à criança e ao adolescente a absoluta prioridade” a um desenvolvimento sadio, e não um recrudescimento das punições.

O processo de consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a implantação do sistema nacional de atendimento socioeducativo ampliaram o compromisso e a responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil por soluções eficientes, eficazes e efetivas para o sistema socioeducativo e assegurou aos adolescentes infratores oportunidade de desenvolvimento e uma autêntica experiência de reconstrução de seu projeto de vida.

No Acre é grande o número de adolescentes infratores ou em conflito com a lei. Esta situação exige como estratégia à adoção de políticas públicas que privilegiem a prevenção de delitos e um efetivo processo de construção para uma participação social responsável. Estas ações precisam estar articuladas com as demais políticas desenvolvidas pelo governo como: educação, saúde, cultura, esporte e lazer de modo a construir um universo de oportunidades aos adolescentes e jovens por meio da Rede de Garantia de Direitos.

Desta forma além da continuidade das ações em curso a FPA terá como desafio a implementação do sistema de garantias de direitos e da municipalização das medidas socioeducativas de meio aberto.

3.3. Inclusão Social, Cidadania e Direitos Humanos

A Assistência Social é reconhecida como política pública e dever do Estado, sendo este status definido pela Constituição Federal de 1988, rompendo com o processo histórico da ausência do Estado nesta área, cujas ações eram executadas pelos governos de forma fragmentada e descontínua.

Entre os anos de 1999 a 2004, período que precedeu a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a Política de Assistência Social foi colocada na agenda de prioridade do Governo do Estado do Acre, com o objetivo de garantir o

atendimento às famílias e indivíduos que se encontravam em situações diversas de vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais. Para isto o Governo garantiu grandes investimentos em programas locais, na tentativa de minimizar as situações de vulnerabilidades, a exemplo, da implantação do Adjunto da Solidariedade, do Centro Dia para Idosos, do Núcleo de Reabilitação para Pessoa com Deficiência, da Casa Abrigo para Mulheres vítimas de violência, de programas de combate ao abuso e exploração sexual e na ampliação e melhoria do atendimento aos adolescentes em conflitos com a lei, dentre outros.

Em 2004, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sistema descentralizado e participativo, os serviços, programas e projetos na área da assistência social foram reorganizados, de forma articulada e de co-responsabilidade das três esferas de governo. O SUAS trouxe grandes avanços para a área de assistência social, pois o atendimento aos usuários passa a ocorrer de forma sistematizada e contínua.

Em cumprimento ao princípio da descentralização político-administrativa do SUAS, algumas ações de proteção social executadas, até então, pelo Estado passam a ser municipalizadas. Neste novo contexto, o Estado tem seu papel redefinido na área de assistência social. O órgão gestor da política de assistência social na esfera estadual passa a ter como competência o apoio aos Municípios, através de co-financiamento de benefícios, serviços, programas e projetos, capacitação de gestores e operadores da rede de proteção social municipais, monitoramento de ações e fortalecimento e articulação das políticas setoriais para a implementação do Sistema Único de Assistência Social. O Estado tem atuado de forma a garantir que os municípios façam as adequações necessárias para o atendimento às exigências da política de assistência social propondo ações sociais estratégicas que visem estabelecer uma rede de proteção social mínima, o aperfeiçoamento do capital humano, a melhor focalização dos recursos públicos (público alvo e território), a melhoria de leis e simplificação de utilização e acesso aos serviços e a regressividade dos gastos sociais. O processo de implementação da Política Estadual de Assistência Social, teve ampla participação da sociedade civil, com a criação e fortalecimento das instâncias de controle e participação social através: i) do apoio na realização de conferências e na

estruturação e funcionamento de conselhos municipais; ii) realização de Conferências Estaduais e estruturação e funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social e iii) implantação e funcionamento da Comissão Intergestora Bipartite – CIB. Iv) participação efetiva na Comissão Intergestora Bipartite (CIT)

Em cinco anos de SUAS houve uma ampliação dos serviços de proteção social no Estado. O Governo do Estado reafirmando o desafio proposto pelo Governo Federal no enfrentamento à pobreza e à fome, beneficiou, em parceria com os municípios, mais de 80 mil famílias através do Programa Bolsa Família, garantindo a complementação do benefício àquelas que recebiam valor inferior a R\$ 60,00.

No âmbito da proteção social foram implantados em todo o Estado 27 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e 09 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, permitindo o acompanhamento familiar e individual através do fortalecimento de vínculos e laços afetivos, bem como no combate à violação de direitos a todos os segmentos da sociedade.

O desafio proposto pelo governo da Frente Popular do Acre no período 2011—2014 é dar continuidade e aperfeiçoar as ações implementadas na área de desenvolvimento social, articulando os serviços que compõem o SUAS a outros serviços e políticas públicas, como o investimento nas áreas de educação, saúde, geração de trabalho, emprego e renda, articuladas ao princípio da economia solidária, permitindo a inclusão social a reversão das situações de vulnerabilidades sociais e os indicadores de desenvolvimento humano, familiar e social do Estado.

a. Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS

- Coordenar e executar a Política Estadual de Assistência Social;
- Reordenar os Serviços Socioassistenciais de acordo com a Tipificação Nacional – Res. Nº 109 de 11 de novembro de 2009;
- Fortalecer as ações de vigilância social, através da construção de indicadores sociais e mapeamento de vulnerabilidades sociais no Estado do Acre

- Implantar a Política Estadual de Recursos Humanos, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – Res. Nº 01 de 25 de janeiro de 2007;
- Instalar e coordenar o sistema estadual de monitoramento e avaliação das ações da assistência social, de âmbito estadual e regional, por nível de proteção básica e especial em articulação com os sistemas municipais, validado pelo sistema federal;
- Desenvolver programas de formação continuada para gestores, servidores (as) e conselheiros da área em parceria com as prefeituras;
- Fortalecer as instâncias de controle social, garantindo a participação dos usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- Ampliar as ações de assistência social para a área rurais e indígenas, em interface com as políticas específica de atenção a esses públicos;
- Implementar o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

b. Proteção Social Básica

- Co-financiar a proteção social básica, mediante aporte de recursos para o sistema de informação, monitoramento, avaliação, capacitação, apoio técnico e outras ações pactuadas progressivamente;
- Apoiar e orientar a articulação da rede de Proteção Social Básica a partir dos CRAS;
- Concluir a ampliação e estruturação dos CRAS – Centros de referência de assistência social;
- Prestar apoio técnico, monitorar e avaliar os Municípios na gestão do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF/CRAS;

- Ampliar o apoio técnico, monitoramento e avaliação com Municípios na gestão dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, priorizando as ações para crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 07 a 15 anos, Adolescentes de 15 a 17 anos, idosos e pessoas com deficiência;
- Fortalecer o apoio técnico, monitoramento e avaliação dos Municípios na gestão dos Programas de Transferência Direta de Renda;
- Fortalecer o apoio técnico, monitoramento e avaliação dos Municípios na gestão do Benefício de Prestação Continuada – BPC;
- Co-financiar no âmbito estadual o pagamento dos benefícios eventuais;
- Dar continuidade aos projetos de geração de trabalho e renda para as pessoas e famílias em vulnerabilidade social e econômica, rural e urbano, prioritariamente jovens, pela inclusão socioproductiva e soberania alimentar com base na economia solidária através de ações de qualificação profissional, de fomento e incubação aos empreendimentos e grupos, de comercialização solidária com os empreendimentos e grupos, visando a sua autogestão e sustentabilidade.
- Dar continuidade à implementação da política estadual de microfinanças solidárias (incentivo ao estabelecimento, no acre, de organizações de microcrédito produtivo orientado de aval solidário e individual e com produtos específicos para os empreendimentos de economia solidária e inclusão social) para pessoas e famílias em vulnerabilidade social e econômica complementando as políticas de geração de trabalho e renda.
- Ampliar as políticas específicas de inclusão socioproductiva e economia solidária para os egressos do sistema penitenciário e socioeducativo visando à reintegração social e diminuição da reincidência de crimes.
- Ampliar e dar continuidade à política de segurança alimentar e nutricional no Estado, como Restaurante Popular, Cozinhas Comunitárias, Banco de Alimentos, Agricultura Urbana e Periurbana, Programa de Aquisição de

Alimentos com Doação Simultânea, Cestas Básicas, Roçados Sustentáveis, através do fortalecimento e articulação destas políticas entre si e com as políticas de inclusão socioprodutiva, economia solidária e microfinanças.

- Dar continuidades ao Programa Bolsa Moradia Transitória para as famílias em risco habitacional

c. Proteção Social Especial

- Implementar o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;
- Ampliar o apoio às organizações da sociedade civil através de assessoria técnica para implementação dos padrões definidos no Estado e a partir da tipificação (resolução 109/2009), da capacitação dos gestores e lideranças através do programa de desenvolvimento organizacional das entidades sociais, da capacitação dos operadores para atendimento aos usuários do serviço, co-financiamento (convênios e subvenção), priorizando as entidades de atendimento à criança, adolescente e mulheres vítimas de exploração e violência e dependentes de substâncias psicoativas;
- Fortalecer e ampliar a política de acompanhamento, monitoramento e avaliação da rede coveniada prestadora de serviços socioassistenciais no âmbito estadual ou regional;
- Criar, fortalecer e descentralizar programas de assistência aos idosos, de forma a contribuir para a sua integração à família e à sociedade;
- Formular políticas de atenção às pessoas portadoras de deficiência, para a implementação de uma estratégia estadual de integração de ações governamentais e não-governamentais;
- Dar continuidade ao apoio técnico, monitoramento e avaliação com os municípios na gestão do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e PROJOVEM;

- Fortalecer a articulação em rede socioassistencial especial e básica através da criação de protocolos interinstitucionais e da definição de fluxos de atendimento integrado e do monitoramento e ajustes dos mesmos.

3.4. Políticas Públicas para Mulheres

A ação do governo Lula nos últimos sete anos tem demonstrado que o Estado pode cumprir um importante papel na formulação e implantação de políticas públicas para mulheres, demonstrando o compromisso ideológico e cultural do governo democrático popular com a luta das mulheres. Nesse sentido construiu de forma democrática o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que tem norteado o Governo Federal, Estados e Municípios no desenvolvimento de ações de promoção da cidadania das mulheres brasileiras.

Coube ao Acre, o desafio de executar em âmbito local as propostas contidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, considerando as especificidades políticas, sociais e as limitações operacionais e econômicas do Estado.

O mandato 2011 – 2014 da Frente Popular tem como desafio inovar na implementação dessa política, ampliando a participação social, e o processo de construção das ações voltadas para o atendimento das mulheres. Essas ações devem alterar de forma significativa as desigualdades de gênero, raça, etnia e exclusão social das mulheres, partindo da compreensão de que é preciso respeitar as especificidades políticas, culturais, geracionais e sociais de cada município e a realidade de quem vive na zona urbana e na zona rural.

Com base no Plano Nacional de Políticas para as mulheres, o novo governo da FPA tem como desafios:

- Desenvolver ações de promoção da autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho para as mulheres
- Garantir a implementação efetiva das ações do Pacto Estadual de enfrentamento a violência contra as mulheres;

- Promover a educação inclusiva, não sexista e não racista;
- Avançar na política de saúde, direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;
- Fortalecer institucionalmente as políticas pública para as mulheres, criando organismos com condições de coordenar e articular a política no Estado;
- Ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, estimulando a participação igualitária através da paridade com diversidade;
- Fortalecer os organismos e espaços de controle social das políticas para as mulheres (conselhos, fóruns, conferências, etc.).

3.5. Políticas de Juventude: compromisso estratégico para um novo desenvolvimento

O governo da Frente Popular reconhece e compreende a juventude na sua importância para o desenvolvimento da sociedade acreana. O Acre possui atualmente cerca 30% de sua população constituída de jovens entre 16 e 29 anos. Trata-se, portanto, da maior oportunidade para converter o bônus demográfico em fator para o desenvolvimento como questão estratégica. Além disso, a juventude é o contingente mais afetado pela gravidade das desigualdades sociais.

Uma Política de Estado de Juventude significa, em termos práticos, construir uma estratégia de desenvolvimento juvenil que seja suficientemente robusta para transcender contextos políticos específicos e se sustentar em médio e longo prazos, gerando resultados compatíveis com a visão de futuro do Acre. As políticas públicas devem ser progressivamente integradas e aperfeiçoadas por ações estruturantes, de gestão e de participação social.

Constitui-se como desafios para o governo da FPA, no período 2011-2014, estruturar uma Rede de Desenvolvimento Juvenil (RDJ) que possibilite o acesso ao sistema de garantia de direitos e o desenvolvimento de uma política estruturada nos seguintes eixos de atuação:

- Eixo de Participação Cidadã: que garante a inserção do jovem na participação das discussões e decisões comunitárias, desenvolvendo assim, um sentimento de pertença em relação a uma coletividade;
- Eixo de Gerenciamento de um Projeto de vida: entendimento de protagonismo vinculado à idéia de “gerenciamento da vida”, ou seja, a autonomia individual no sentido de atuações próprias que propiciem a realização de projetos.
- Eixo de Participação Produtiva: Relacionado com o processo de aquisição de habilidades básicas, específicas e de gestão, que possibilitam ao jovem adquirir uma profissão, serviço ou ocupação, que lhe permita integrar-se de forma produtiva no mundo do trabalho.

Esta proposta permitira possibilidades reais de transformação da realidade social dos jovens acreanos por meio do protagonismo, do empreendedorismo social e da sustentabilidade como o caminho para a construção de um Acre melhor para todos.

- Criar as condições para formar uma geração capaz de disputar e dar continuidade aos avanços políticos, sociais, econômicos, culturais, científicos e ambientais que o país necessita;
- Assegurar o sentido estratégico da juventude, impulsionando reformas democráticas e populares que garantam a integração das novas gerações ao processo democrático e ao projeto de desenvolvimento sustentável;
- Articular ações que combatam o ingresso precoce e em condições precárias dos jovens no mundo do trabalho com políticas educacionais e programas de transferência e geração de renda, formação e qualificação profissional;
- Promover ações de cultura, saúde, mobilidade urbana, moradia, esporte e lazer de forma integrada e articulada, tendo como eixo o jovem e o território, contemplando as juventudes e as diversidades, étnico-raciais, de gênero e culturais e regionais;
- Criar mecanismos de fomento ao protagonismo juvenil de forma a promover o desenvolvimento pessoal culminando no associativismo juvenil.

- Incentivar a participação dos estudantes na gestão da escola, no rumo da radicalização da democracia escolar e como meio de sua educação política e cidadã;
- Ampliar o acesso da juventude, principalmente de família de baixa renda, ao ensino superior, através de estratégias diferenciadas para o interior;
- Ampliar a oferta de formação profissional, com cursos regulares em todos os municípios, adequados às necessidades dos mercados de trabalho locais;
- Revitalizar os Centros de Juventude, bem como promover inovação nas ações atribuídas aos centros.

3.6. Cultura e Comunicação

No Brasil, historicamente os governos que se sucedem, seja no plano municipal, estadual ou federal, não têm dado o tratamento ou a atenção adequada à cultura, que nunca assumiu importância de área prioritária nos planos de governo, como a saúde, a educação ou a infra-estrutura, por exemplo. Os governos comumente esquecem o poder transformador da cultura, o seu espírito problematizador e a sua capacidade de reconstruir permanentemente as relações dos seres humanos entre si e destes com o meio ambiente.

E se queremos ver a cultura assumir o *status* de uma área prioritária pela gestão pública, não podemos deixar de considerar que é na cidade, nos bairros, nas ruas, nas colocações, na beira dos rios, nas aldeias que ela se concretiza.

A gestão pública da cultura e a comunicação no Acre vem avançando de forma acelerada nos últimos doze anos, em diversas frentes simultâneas, contribuindo de maneira importante para o resgate da memória histórica e o fortalecimento da identidade cultural do nosso povo. E as conquistas são visíveis. A começar pela implantação da Rede Pública de Rádio e Televisão, que hoje dispõe de cinco estações de rádios AM, seis estações de rádios FM e a TV Aldeia, que gera conteúdo simultâneo e o distribui via satélite para todos os municípios do Estado.

Do ponto de vista mais geral da gestão devemos relacionar os fortes investimentos em estruturas multiculturais, tais como Parque de Exposições, Concha Acústica Jorge Nazaré, recuperação dos antigos teatros do estado e criação de novos, implantação de centros culturais e casas de leitura, criação da Usina de Comunicação e Arte, entre muitas outras ações. Sem contar que todas as escolas de ensino médio do Estado são projetadas com auditório, como forma de incentivar a prática de atividades culturais entre os alunos e a comunidade.

Da mesma forma, tem sido muito importante a atuação do CONCULTURA (Conselho Estadual de Cultura), a criação do Sistema Estadual de Cultura junto com a implantação de sistemas e conselhos municipais de cultura, a realização de conferências (estadual e municipais), diversos festivais, como o de cultura caipira, a formação de redes e fóruns de debate, o desenvolvimento de uma política transparente de editais e prêmios, maior profissionalização da gestão cultural, etc.

Por outro lado, para avaliarmos o atual cenário da cultura acreana é preciso considerar os avanços que cada uma das linguagens artísticas (literatura, teatro, música, cinema, etc.) ou manifestações tradicionais do patrimônio cultural (culturas populares, indígenas, ayahuasqueiras, extrativistas, etc.) em especial tem alcançado em termos de organização e desenvolvimento estético e econômico.

Sem esquecer de considerar ainda a extraordinária transformação de nossas cidades através da recuperação, valorização e revitalização de nossos bens patrimoniais paisagísticos, históricos, edificados, imateriais, além da construção de diversos museus e casas de memória em diferentes municípios, e da publicação de livros e revistas, que disseminou e fortaleceu o conhecimento de nossa rica e peculiar história. Realizações do governo do estado que significaram uma nova revolução na forma dos acreanos se verem e se compreenderem no cenário amazônico, brasileiro e mundial.

Tudo isso pautado por um plano de governo fortemente centrado em nossas identidades e manifestações culturais de povos dessa imensa floresta amazônica que somos. Nossa distinção e nosso orgulho, enfim, diante dos desafios do atual mundo globalizado.

No governo da FPA, no período 2011—2014, pretende-se: i) ampliar o orçamento estadual na cultura, antecipando o que é estabelecido pela P E C - 230 e garantindo o papel de vanguarda que o Acre possui hoje no cenário nacional da gestão pública da cultura; ii) aumentar a captação pública de recursos para investimento em cultura; iii) Aumentar, a captação de recursos para investimento em cultura pela sociedade organizada e produtores independentes; iv) potencializar a economia da cultura local através do incentivo ao investimento privado, bem como através do fortalecimento da Lei de Incentivo e da implantação do Fundo Estadual de Cultura; v) desenvolver planos setoriais de cultura abrangendo as diferentes linguagens artísticas e segmentos tradicionais de forma dialogada e pactuada com a sociedade civil, em torno de metas de longo prazo que devem pautar os programas a serem executados pelo governo; vi) Fortalecer e ampliar a potência dos veículos do Sistema Público de Comunicação, da Agência de Notícias e dos mecanismos de popularização da cultura e disseminação e troca de informações; fortalecer o Sistema de Informações, Referências e Indicadores Culturais; vii) fortalecer os Conselhos estadual e municipais, bem como das experiências de gestão compartilhada entre o governo e a sociedade dos equipamentos públicos existentes ou a serem criados; viii) Incentivar e financiar a implantação de bibliotecas públicas municipais e casas de leitura comunitárias em todos os municípios acreanos; ix) implantar casas de memória comunitárias e centro cultural multiuso nos municípios acreanos; x) criar o Instituto de Patrimônio Cultural do Estado do Acre; xi) promover, em parceria com os municípios, o tombamento e registro dos principais bens culturais acreanos; xii) incrementar a política de construção, implantação e preservação de espaços culturais, dando acesso à cultura a todas as camadas sociais e viabilizando a geração de oportunidades de trabalho a partir de atividades culturais; xiii) estimular a pesquisa científica, através das universidades e instituições oficiais e particulares de ensino e pesquisa, visando contribuir para a universalização do conhecimento de nossa realidade cultural, histórica, e arqueológica; xiv) atuar efetivamente na proteção de bens de valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, cultural e científico, assegurando e resguardando a memória de nosso patrimônio cultural; xv) utilizar as novas mídias (digitais), o sistema público de comunicação e os programas de turismo para fortalecer a qualidade e aumentar a quantidade da produção cultural acreana; xvi) garantir que todas as ações e programas

de governo estejam sintonizados e alinhados com as características culturais do povo acreano, enfatizando nossa sustentabilidade cultural e fortalecendo nossa capacidade de enfrentar as mudanças provocadas pelo desenvolvimento socioeconômico do estado; xvii) potencializar o intercâmbio com a Bolívia e o Peru, além da Amazônia como um todo, fortalecendo nossos laços culturais comuns e promovendo políticas conjuntas.

3.7. Esporte e Lazer

O Esporte no Estado do Acre, acompanhando o momento que vive o país, vem alimentando grandes expectativas pela realização de grandes eventos no cenário mundial, como os Jogos Militares de 2011, a Copa de do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ao mesmo tempo em que busca sua reafirmação, entendendo que o Esporte e o Lazer são deveres do estado e direitos do cidadão.

O estímulo e o apoio do governo do estado às ações promovidas pela sociedade organizada tem se revelado um poderoso instrumento de democratização do acesso e da prática do esporte e do lazer pelos acreanos. Decisiva para esta nova realidade é a política de convênios entre o poder público e as entidades administradoras do esporte (federações, ligas, associações, etc.) desenvolvida nos últimos dez anos e que resultou não apenas na multiplicação das atividades esportivas em nosso estado, mas também no fortalecimento e profissionalização das entidades e organizações da sociedade civil. Avanço que é muito perceptível, por exemplo, na área do futebol que vem alcançando um nível técnico e disseminação nunca antes vistos.

Não menos importantes foram os investimentos na infraestrutura esportiva e de lazer do estado do Acre. A construção do Arena da Floresta, do Arena do Juruá e de outros estádios, campos de futebol e ginásios poliesportivos em diversos municípios acreanos. Da mesma forma que foi muito importante a realização da Conferencia Estadual de Esporte e a participação na Conferencia Nacional, além do início da discussão para criação do Sistema Estadual de Esporte.

Apresentam-se como propostas para a nova gestão da Frente Popular: i) promover o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio de esporte e lazer, em todas as suas dimensões (alto rendimento, educacional e de participação); ii) fomentar a prática e a cultura do esporte, lazer e atividade física como forma de promover a saúde, a cidadania, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida; iii) democratizar e universalizar o acesso ao esporte e lazer, em todas as suas dimensões; iv) implantar o Sistema Estadual de Esporte e Lazer; v) Implantar o Conselho Estadual de Esporte e Lazer; vi) consolidar os mecanismos de financiamento já existentes e criar o Fundo Estadual de Esporte; vii) criar e implantar uma política de gestão de recursos humanos com o objetivo de profissionalizar seus gestores e agentes esportivos; viii) criar e implementar o Sistema de Informações, Referências e Indicadores do Esporte e do Lazer; ix) estimular a criação de Fóruns permanentes de debate e definição de políticas públicas; x) criar e implementar Políticas Intersectoriais de Esporte e Lazer; xi) ampliar a prática de esportes nas escolas, como parte da formação integral da criança e adolescentes, viabilizando a revelação de novos atletas; xii) dar continuidade à execução de programas estratégicos da política pública do esporte que visam à inclusão social e a promoção de variados segmentos de nossa sociedade, dentre os quais: o Bolsa Atleta Estadual, Comunidade Ativa, Jogos da Floresta, Jogos Indígenas, Programa Esporte e Lazer da Cidade, Programa Pintando a Liberdade, Programa Pintando a Cidadania, Programa Segundo Tempo, etc; xiii) desenvolver programa e formação de jovens atletas com vistas à Olimpíada de 2016, com ênfase em modalidades esportivas relacionadas às características culturais acreanas; xiv) construir, ampliar e reformar espaços esportivos, visando disponibilizar instalações adequadas para o desenvolvimento de práticas esportivas; xv) dar continuidade a política de valorização e fortalecimento dos clubes de futebol do estado; xvi) desenvolver estratégias de municipalização do esporte e do lazer, no qual as ações do município como meio de transformação, devem ser assessoradas e incentivadas pelo Estado; xvii) atuar em cooperação com as instituições de ensino superior, no sentido de viabilizar os projetos e programas constantes da Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, bem como auxiliar no processo de desenvolvimento de recursos humanos voltados à área; xviii) promover e incentivar o desenvolvimento de estudos científicos e tecnológicos voltados exclusivamente para a consecução de programas e

projetos que objetivem a promoção social, através do desenvolvimento das comunidades esportivas.

EIXO ESTRATÉGICO

4. INFRAESTRUTURA E AMBIENTE URBANO

ÁREAS DE RESULTADO

4.1. Habitação de Interesse Social

As condições de habitabilidade nos municípios acreanos é diretamente proporcional à forma de como se deram os processos de planejamento, ocupação e seu desenvolvimento social e econômico, ou seja, com severos déficits de qualidade em muitos quesitos, principalmente aqueles relacionados a infra-estrutura urbana e habitação.

Tal condição decorre da simultaneidade existente entre os desafios enfrentados pelas comunidades florestais e urbanas e pelo poder público durante a formação econômica do Acre. O intenso processo de migração e invasões dele decorrentes agravaram-se ao longo do tempo, associado a isso as defasagens normativas e de investimentos públicos e privados, baixa disponibilidade de profissionais habilitados na área, além do descumprimento da legislação por parte de empreendedores e particulares.

Em 2007, no Governo Binho Marques, intensificou-se o planejamento e diversas ações que garantiram melhorias urbanas em áreas de risco e assentamentos precários, e a construção de inúmeras unidades habitacionais, através do PROGRAMA MINHA MORADA. Este Programa reuniu um conjunto de fontes de financiamento e parcerias públicas e privadas. Em complementação a este Programa, o PROGRAMA MINHA

CASA MINHA VIDA e as ações de urbanização do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC 1, viabilizaram, em parceria com o Governo Estadual, o maior programa de habitação da história recente do Estado do Acre.

O Governo da Frente Popular do Acre, no período 2011—2014, tem como desafio, dar continuidade, ampliar as metas e aperfeiçoar o Programa Minha Morada, especialmente através dos seguintes ações: i) conclusão das obras de Urbanização e Saneamento Integrado no âmbito do PAC 1 e ampliação das áreas de intervenção na Zona de Atendimento Prioritários – ZAP (áreas de riscos e concentração de pobreza) a serem financiadas pelo PAC 2; ii) ampliar em parceria com o setor privado a construção de unidades habitacionais, através de novas contratações no âmbito do PMCMV ; iii) intensificar as ações do Subprograma Pró-Município/Habitação (transferências voluntárias de recursos do Governo do Estado aos municípios, com objetivo de promover melhorias habitacionais); iv) prospectar, intensificar e apoiar os municípios, com base nos Planos Estadual e Municipal de Habitação de Interesse Social, a execução de novos programas de melhorias das condições de habitabilidade.

O Governo da Frente Popular do Acre garantirá aos beneficiários dos Programas de Habitação a habitabilidade com qualidade, através da integração das diversas áreas do governo, especialmente: educação, saúde, saneamento, trabalho e renda, segurança, transporte público, cultura, informação, esportes e lazer.

4.2. Saneamento Básico e Ambiental

O Governo da Frente Popular tem como meta a universalização do saneamento básico, direito constitucional para garantia da qualidade de vida e cidadania.

O déficit do setor ainda é elevado, devido à inexistência de políticas de saneamento, cuja responsabilidade constitucional é das administrações municipais, que sem estrutura administrativa, financeira e pela falta de apoio dos governos estaduais, anteriores a Frente Popular, colocavam o Acre como um dos Estados federados com os mais baixos índices de saneamento básico do país.

A mudança deste cenário continua impondo esforços, e o fortalecimento da parceria do Governo do Estado com os municípios, especialmente com relação aos serviços de distribuição de água tratada, coleta e tratamento de esgotos, drenagem urbana, onde se encontra a maior carência e nas zonas rurais, onde se concentra a população mais pobre. Apenas a cidade de Rio Branco possui cobertura de rede coletora (aproximadamente 17%) e tratamento de esgoto (aproximadamente 18%). Nos municípios do interior, a solução mais utilizada, conforme constatada nas estatísticas do IBGE, é o tratamento individualizado, através de fossa séptica, que nem sempre apresenta uma eficiência satisfatória.

Com relação à coleta e tratamento de resíduos sólidos pelas suas características, a responsabilidade integral é da esfera municipal, cabendo ao Governo do Estado apoiar a prospecção de recursos e incentivos com transferências voluntárias, de acordo com a prioridade de cada município.

A Frente Popular, no Governo Jorge Viana, realizou enormes esforços e investimentos perseguindo a meta de universalização de saneamento básico, destacando-se: i) construção e instalação da Estação de Tratamento de Água – ETA II na capital e na maioria dos municípios do interior ETA's de menor porte; ii) ampliação da adução e rede de distribuição de água naqueles municípios gerenciados ou conveniado pelo Governo do Estado; iii) construção da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE São Francisco e ampliação da rede coletora em Rio Branco. Esses investimentos permitiram ampliar os serviços e melhorar os índices de saneamento.

Os principais indicadores dos domicílios urbanos do Acre, segundo o IBGE, revelaram que em 2007, 69% das moradias possuíam água canalizada e aproximadamente 59% estavam ligados a pequenas redes coletoras ou dispunham de fossa séptica.

No Brasil, a política de saneamento básico foi intensificada a partir de 2007, com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 1, onde o Governo Binho Marques, em parceria com o Governo Federal, contratou recursos da ordem de R\$ 260 milhões, iniciando os maiores investimentos no setor até o momento, destacando-se: i) universalização da distribuição de água na capital e em todos os municípios do interior;

ii) construção de novas ETE's e ampliação das existentes, garantindo capacidade de tratamento de 100% do esgoto gerado em Rio Branco;iii) ampliação das redes coletoras de esgoto contemplando 70% da cidade de Rio Branco; iv) projeto piloto de operação da ETE São Francisco; v) ações continuadas de construção de módulos sanitários na zona rural; e vi) ações de macro drenagem em cinco municípios com maiores incidência de malária, através de obras de canalização de igarapés e canais a céu aberto na área urbana.

Perseguindo a meta de universalização do saneamento básico, o Governo da Frente Popular no período de 2011-2014, tem como principais desafios: i) fortalecer as parcerias firmadas com os municípios através dos convênios e das concessões dos serviços de saneamento básico e ambiental, inclusive ampliando as ações para as áreas rurais e comunidades isoladas; ii) dar continuidade e ampliar as metas das obras contratadas, visando a universalização dos serviços de abastecimento de água tratada; iii) dar continuidade e ampliar as metas das obras contratadas,visando a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto de em Rio Branco e Cruzeiro do Sul; iv) elaborar estudos e projetos para a captação de recursos e implantação dos sistemas de esgotamento sanitários dos municípios do interior e comunidades isoladas; v) fortalecer e modernizar a gestão estadual e municipais dos serviços de saneamento básico e ambiental, visando a auto-sustentabilidade financeira e econômica dos sistemas;e vi) monitorar e avaliar periodicamente os indicadores de desempenho de gestão e os índices de saneamento, integrando ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS.

4.3. Planejamento e Gestão Urbana

O planejamento e a gestão urbana consolidam e articulam todos os demais temas relacionados à infraestrutura e urbanismo. Pormenoriza-se em planos, programas e projetos específicos ao tratamento das questões de interação de municípios e regiões, acessibilidade universal, água, esgotamento sanitário, energia, equipamentos e mobiliários urbanos, paisagismo, constituição de ambientes públicos que contribuam para o fortalecimento da identidade comunitária.

Nas administrações da Frente Popular o município de Rio Branco alcançou as melhores condições em planejamento e gestão urbana entre os municípios da Região Norte. Notadamente pelas obras e intervenções urbanas, que se tornaram referências nacionais e elementos da identidade local, além da eficiente gestão de questões primordiais como o lixo, a integração rodoviária, a gestão ambiental e outras.

Com relação à ocupação do solo, os estados da Região Norte em geral enfrentam desafios semelhantes na questão fundiária, sendo que os principais problemas existentes se referem à indefinição da cadeia dominial das terras, aos sucessivos processos de invasão ocorridos nestas, sendo muitos em áreas de risco, e à inadequada forma de ocupação utilizada nos parcelamentos e no uso do solo em geral.

Tais características estão presentes também com intensidade em nosso Estado, dificultando gravemente a atuação do poder público e pressupondo longos prazos para o equacionamento jurídico, documental, social, cultural, econômico e de infra-estrutura.

A gravidade desse problema pode ser exemplificada pela capital, Rio Branco, que concentra quase e metade da população e apresenta a maioria das ocupações urbanas em situação de irregularidade fundiária, situação atenuada apenas pela consistente atuação pública recente, que está regularizando a ocupação urbana da capital, anteriormente em situação praticamente de irregularidade completa.

Novos, democráticos e modernos Planos Diretores Municipais e Leis correlatas à questão; Instituição e estruturação de órgãos específicos para o equacionamento destes problemas; intervenções específicas para a regularização documental / jurídica, estrutural, ambiental, social e cultural das comunidades mais carentes; elaboração de Planos Estadual e Municipal de Habitação de Interesse Social; Planos Diretores de Saneamento são ações que foram e estão sendo viabilizadas pelos governos Federal, Estadual e Municipal, de forma a minimizar progressivamente os problemas de origem fundiária e deverão ser intensificadas e continuadas.

O grande desafio para o período 2011-2014 será a implementação e a consolidação desses Planos, requisitos necessários para manter e ampliar as parcerias já estabelecidas e a continuidade das linhas de financiamentos.

4.4. Infraestrutura de transportes

4.4.1. Rodoviário

Os maiores investimentos e os grandes esforços para a conclusão das obras de pavimentação das duas únicas Rodovias Federais no Acre, BR-364 e BR-317 e a construção das pontes nacionais e internacionais, iniciaram-se no mandato do Governador Jorge Viana, mantida a mesma intensidade no Governo Binho Marques.

Atualmente o Acre conta com 100% da pavimentação da Rodovia BR-317, que interliga a divisa do Acre com a Amazonas, passando por Rio Branco, Senador Guiomard, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia e chegando até o município de Assis Brasil, fronteira com o Peru. A conclusão desta rodovia; a implantação do Posto de Alfandegamento em Assis Brasil e a construção da Ponte Binacional Brasil-Peru sobre o Rio Acre foram investimentos realizados pelo Governo do Acre em parceria com o Governo Federal, fundamentais para incentivar o Governo Peruano a promover a construção da Rodovia Interoceânica em seu território, permitindo o acesso do Brasil, através do Acre, aos portos do oceano pacífico localizados na costa peruana. Todos esses investimentos mudaram a geografia econômica do Acre, possibilitando sua maior participação na economia nacional e internacional. O desafio posterior será garantir a viabilidade econômica dessas vias. Para tanto, a FPA empenhará esforços no sentido da consolidação da integração regional do estado, tanto do lado brasileiro, com os estados que integram a rota cento sul, quanto dos países vizinhos, até o completo ciclo comercial com a Europa e Estados Unidos. Essa integração também deverá se viabilizar por meio de uma ligação ferroviária. Nesse sentido, o governo da FPA, juntamente com os governos do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, despedirão esforços no sentido de realizarem os estudos que apontem para essa perspectiva futura, visto que esse meio de transporte acaba por racionalizar os custos de logística da produção.

As obras de construção de pontes e pavimentação da Rodovia BR-364 encontram-se em fase de conclusão, com expectativa de 100% de todas as pontes e obras de arte

especiais e correntes, notadamente as pontes de maior porte sobre os Rios Purus, Envirá, Tarauacá e Juruá. Relativo à pavimentação e restauração do trecho Sena Madureira – Cruzeiro do Sul, apesar de todas as obras estarem contratadas e os recursos estarem assegurados, através de convênios no âmbito do PAC 1, deverá ficar faltando um sub-trecho de aproximadamente 70 km entre Manoel Urbano e Feijó, que devido às condições climáticas do ano de 2009 estão programados para serem concluídos em 2011. Dependendo das condições climáticas do ano de 2010, as obras poderão avançar neste sub-trecho e deverá ser a primeira vez na história do Acre, que a BR-364 terá tráfego permanente entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no período do inverno amazônico.

Ao longo de mais de 10 anos o Governo da Frente Popular envidou esforços para pavimentação de toda malha rodoviária estadual, com aproximadamente 350 km de extensão, composta por sete Rodovias: AC-10, AC-40, AC-90, AC-405, AC-407, AC-475 e AC-485. Com exceção de 20 km da AC-90, todos os trechos estão pavimentados, garantido trafegabilidade de inverno a verão.

A malha de estradas vicinais (ramais), com aproximadamente 7.000 km, foi implantada em sua grande maioria pelo INCRA nos projetos de Assentamento, encontrando-se praticamente em leito natural. O Governo do Estado, em parceria com os Governos Federal e Municipal, tem implementado anualmente, desde o início da gestão da Frente Popular, o Programa de Melhoramento de Estradas Vicinais. Este Programa tem requerido esforços das diversas esferas governamentais, visando amenizar as dificuldades de escoamento da produção da área rural e florestal. A solução definitiva e adequada para a trafegabilidade permanente nessa malha de vicinais são obras de pavimentação, requerendo um grande volume de investimentos. Neste sentido, o Governo da Frente Popular iniciou o Programa de Pavimentação Asfáltica de Estradas Vicinais, com o apoio do Governo Federal e do BNDES, devendo concluir na primeira fase deste programa mais de 200 km de pavimentação asfáltica nas estradas vicinais de maior tráfego e volume de produção.

4.4.2. Aéreo

O sistema aeroviário, de fundamental importância no Acre, foi totalmente reestruturado nos últimos 10 anos e atualmente está subdividido em dois subsistemas: i) os aeroportos internacionais de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, de responsabilidade da INFRAERO; e ii) os aeroportos dos municípios do interior de responsabilidade do Estado, com exceção o de Assis Brasil, atualmente operado pelo 4ª BIS.

No Governo da Frente Popular houve significativos investimentos na reestruturação da infraestrutura aeroviária, destacando-se: i) construção do novo terminal de passageiro do Aeroporto de Cruzeiro, em parceria com INFRAERO, com projeto arquitetônico regionalizado; ii) concepção de novos sítios e pavimentação de todos os aeroportos dos municípios do interior de responsabilidade do Estado, em parceria com BNDES, e a respectiva manutenção e operação dos mesmos; iii) homologação dos aeroportos de responsabilidade do Estado, através da ANAC; e iv) criação do inovador Programa Rotas Aéreas Acreanas, possibilitando acesso regulares a custos subsidiados as populações dos municípios de difícil acesso.

4.4.3. Fluvial

Como os rios do Acre são transversais ao seu território, a navegação no interior é de vital importância para as populações ribeirinhas e dos núcleos urbanos mais isolados (sem acesso rodoviário), constituindo-se no principal meio de transporte, formado basicamente por embarcações de pequeno calado. As cidades com maior população e as margens dos principais rios (Acre, Purus, Envira, Tarauacá e Juruá) contam com pequenos portos e embarcadouros, viabilizando a movimentação de cargas e passageiros. O Governo Estadual empreendeu esforços nos últimos anos para modernizar e garantir melhor eficiência ao sistema fluvial de transporte, destacando-se: i) construção do novo Porto Fluvial de Cruzeiro do Sul, com o apoio do BNDES, atendendo a demanda da principal rota comercial do Estado do Acre com o Amazonas, através do rio Juruá; ii) criação e implementação do Programa de Desobstrução de Rios e Igarapés em parceria com os municípios e as comunidades ribeirinhas; iii)

construção de rampas atracadoras, recuperação e manutenção de balsas de travessia nos principais pontos de transbordos da BR 364 e no Rio Acre nos municípios de Rio Branco e Xapuri; iv) ações de apoio à navegação ribeirinha, através de transferências voluntárias de recursos aos municípios e comunidades ribeirinhas para a compra de barcos e equipamentos; e v) elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica, em parceria com Governo Federal e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, visando a implantação de linhas regulares de transporte fluvial de cargas e passageiros destinadas as populações ribeirinhas.

4.4.4. Vias Urbanas Estruturantes

O crescimento econômico e o desenvolvimento social impulsionados pelo Governo da Frente Popular geraram demanda por infraestrutura urbana, especialmente aquelas relacionadas a mobilidade e ao transporte. Com apoio do BNDES foi elaborado para a cidade de Rio Branco o Plano Diretor de Transporte e Trânsito e realizadas inúmeras intervenções nas principais vias estruturantes da capital e do interior. Destacam-se: i) pavimentação e reestruturação da malha viária dos municípios; ii) alargamento, duplicação e urbanização (calçadas, rede de drenagem, iluminação, sinalização e arborização) de vias arteriais e coletoras; iii) construção e implantação de ciclovias, associados a reestruturação e urbanização da malha viária; iv) construção do anel rodoviário de Rio Branco com a 3ª ponte sobre o Rio Acre (Complexo Via Verde); v) construção de pontes urbanas, entre elas: ponte Binacional Brasil-Bolívia em Brasiléia, Passarela Joaquim Macedo e 4ª ponte em Rio Branco; vi) recuperação de pontes urbanas em Epitaciolândia/Brasiléia, Rio Branco e Sena Madureira; e vii) criação de Parques Urbanos, urbanizando fundos de vales, com integração aos sistemas viários, notadamente o Parque da Maternidade de Rio Branco e a Avenida Mâncio Lima em Cruzeiro do Sul.

Diante das realizações acima mencionadas, colocam-se as seguintes ações e novos desafios para Frente Popular o período 1011-1014:

- Concluir as obras de pavimentação da rodovia BR-364, relativo ao sub-trecho de aproximadamente 70 km entre Manoel Urbano e Feijó, interligando

definitivamente o vale do Juruá ao vale do Acre, criando após 40 anos uma nova dinâmica econômica e social no Acre;

- Intensificar as ações de manutenção e conservação de todos os trechos em território acreano das Rodovias Federais, em parceria com o Governo Federal, com a continuidade dos convênios atualmente firmado com o DNIT, inclusive com implantação do sistema de apoio e comunicação dos usuários;
- Construção do anel viário de Brasiléia, inclusive com a construção de uma nova ponte sobre Rio Acre, na BR-317, em parceria com o Governo Federal;
- Concluir a pavimentação da Rodovia Estadual AC-90 e promover a duplicação de sub-trechos daquelas rodovias estaduais de maior volume de tráfego e importância estratégica para as cadeias produtivas;
- Intensificar as ações de manutenção, conservação e recuperação das rodovias estaduais, baseado no Plano Operativo Anual de Rodovias Estaduais;
- Implementar um Programa de Segurança que envolva o fortalecimento da fiscalização, engenharia e educação voltados especificamente para malha rodoviária com o objetivo de redução dos acidentes de trânsito;
- Dar continuidade, ampliar os investimentos e fortalecer as parcerias para execução do Programa de Melhoramento de Estradas Vicinais e do Programa de Pavimentação Asfáltica de Estradas Vicinais;
- Ampliar a aplicação de novas tecnologias para manutenção, conservação, recuperação e pavimentação de rodovias e estradas vicinais;
- Concluir as negociações com a INFRAERO, visando iniciar as obras de modernização, reestruturação e ampliação do Aeroporto Internacional de Rio Branco, ou a construção de um novo aeroporto na Capital;
- Dar continuidade e ampliar o Programa Rotas Aéreas Acreanas;
- Intensificar as ações de manutenção e operação dos aeroportos do interior sob a responsabilidade do estado;
- Dar continuidade ao Programa de Desobstrução de Rios e Igarapés em parceria com os municípios e as comunidades ribeirinhas;
- Ampliar as ações de construção de portos, rampas e embarcadouros, destinados a melhorar a infraestrutura e logística do transporte fluvial em apoio às cadeias produtivas;

- Dar continuidade às ações de apoio a navegação ribeirinha, através de transferências voluntárias de recursos aos municípios e comunidades ribeirinhas;
- Implantar, conforme viabilidade técnica e econômica, as linhas regulares de transporte fluvial de cargas e passageiros destinadas a população ribeirinha;
- Ampliar as parcerias com os municípios, visando a recuperação, pavimentação, reestruturação, alargamento, duplicação, urbanização e ampliação da malha viária urbana, inclusive a construção de passarelas e pontes urbanas;
- Dar continuidade e ampliar a criação de Parques Urbanos, urbanizando fundos de vales, com integração aos sistemas viários;
- Dar continuidade e ampliar as ações de implantação de ciclovias associados a reestruturação da malha viária dos municípios;
- Garantir a acessibilidade aos portadores de deficiência ou que tenham mobilidade reduzida, como idosos e gestantes aos meios de transportes;
- Dar continuidade e ampliar as ações de educação e segurança para o trânsito, fortalecendo as parcerias com os diversos atores envolvidos;

4.5. Energia Elétrica

O potencial hidrelétrico do Acre é pequeno, mesmo tendo uma vasta rede hidrográfica. Recentes estudos da Eletronorte para o aproveitamento dos rios para fins de geração de energia elétrica apontaram condições desfavoráveis, devido à geomorfologia do território, de topografia plana, rios de baixa queda e substrato rochoso não apropriado.

A capacidade instalada, disponível e demanda máxima em todo o Estado, segundo a Eletroacre em 2008, foram respectivamente de 311.339 kw; 265.302 kw; e 127.500 kwh. O Parque Gerador é composto pelo sistema isolado Eletroacre/Guascor (atendendo 23% da demanda) e o sistema Acre/Rondônia, interligado no final de 2009 ao Sistema Interligado Nacional - SIN (atendendo 77% da demanda).

A construção do Complexo Hidrelétrico Rio Madeira (Santo Antonio e Jirau) e a construção da 2ª (segunda) Linha de Transmissão (Linhão), entre Acre e Rondônia, indicam perspectiva do provimento da energia necessária ao desenvolvimento do Acre nos próximos anos. Os principais problemas concentram-se no subsistema de distribuição da Eletrobrás/Eletoacre, que necessitam de novos investimentos para sua recuperação e modernização.

Quanto à universalização e uso da energia elétrica na área rural, o Programa Luz para Todos – LPT, em implantação desde de 2004, pela Eletrobrás/Eletoacre em parceria com o Governo da Frente Popular, deverá atender 36.000 famílias na área rural, através da implantação de 12.000 km de rede elétrica com investimento na ordem de R\$ 250 milhões de reais. O número de consumidores da zona rural/florestal cresceu 400% desde o início do Projeto. Desta forma, a inclusão energética da população rural/florestal no Estado do Acre praticamente atingirá a cobertura de 100% através de redes convencionais, restando buscar a universalização das comunidades isoladas, (famílias que vivem em locais de difícil acesso no interior da floresta, ribeirinhos, seringueiros e indígenas). Para esta modalidade de atendimento será necessário que o Ministério de Minas e Energia crie um programa específico, executado em parceria com o Estado.

Apesar de não haver responsabilidade direta do Governo do Estado relacionada ao fornecimento de energia elétrica, os principais desafios do Governo da Frente Popular, no período de 2011-2014, deverão ser: i) viabilizar em parceria com o Governo Federal tecnologias, técnicas e recursos no âmbito do LPT, para garantir o acesso a energia elétrica pelas comunidades isoladas no interior da floresta, com impossibilidade de serem atendidas através de redes convencionais de distribuição de energia; ii) adequar os aspectos legais da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Acre – AGEAC, em atendimento a legislação federal, para complementar o monitoramento e fiscalização dos serviços das concessionárias de energia elétrica no Acre, através de convênio de delegação com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;

4.6. Telecomunicações

Os serviços de telecomunicações têm registrado melhorias nos últimos anos, principalmente em áreas urbanas com maior renda, onde o acesso à telefonia celular é crescente. Já o acesso ao telefone fixo é decrescente.

O acesso à telefonia celular nos municípios acreanos, no período 2006 a 2008, passou de 250.339 linhas para 464.650. A densidade do acesso (número de celulares por 100 habitantes) passou de 37,5 para 68,3 entre os trinta e seis meses.

Com a expansão dos serviços, também aumentaram as deficiências do sistema, que necessitam ser monitorados e fiscalizados regularmente.

Da mesma forma do setor elétrico, o setor de telecomunicações, não é de responsabilidade direta do Governo do Estado, sendo regulado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

A principal contribuição do Governo 2011-2014 da Frente Popular deverá ser a adequação dos aspectos legais da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Acre – AGEAC, em atendimento a legislação federal, para complementar o monitoramento e fiscalização da prestação dos serviços das concessionárias de telecomunicação no Acre, através de convênio de delegação com a ANATEL.

5. CIÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Ciência, Tecnologia e Inovação são instrumentos essenciais para o Estado do Acre se inserir no mercado globalizado, atendendo as demandas por justiça social e respeito ao meio ambiente.

As atividades nesse campo são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, crescimento econômico, geração de emprego e renda, e democratização de oportunidades, e fator decisivo para o aumento da competitividade das empresas.

O Estado do Acre investiu nos últimos anos em infraestrutura, logística e de produção para acessar de forma eficiente o mercado dos países fronteiriços e o asiático.

Para as áreas de ciências e tecnologia, a gestão 2011-2014 da Frente Popular do Acre tem o desafio de: i) articular as Instituições de Ensino e Pesquisa com setores empresariais com ênfase na inovação de processos e produtos, e a transferência de tecnologia; ii) apoiar a descentralização e a desconcentração do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia; iii) apoiar o desenvolvimento de tecnologias que promovam a modernização industrial e a inserção internacional, além de privilegiar setores estratégicos em concordância com a política industrial e tecnológica do Estado; iv) apoiar a consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação; v) contribuir para a melhoria dos indicadores de inclusão social por meio de investimentos em tecnologias que permitam o acesso ao conhecimento, à geração de emprego e renda e combate a fome; vi) apoiar a popularização da ciência, a inclusão digital e a difusão dos avanços científicos e tecnológicos; vii) melhorar a infraestrutura de comunicação para redes, possibilitando transmissão de imagens de alta resolução, operação remota de sistemas, educação à distancia, vídeo-conferência, tele medicina, e banda larga acessível a setores populares; viii) apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias para a área de geoprocessamento e sensoriamento remoto, visando o controle e o monitoramento da cobertura florestal do Estado; ix) desenvolver pesquisas de fontes de energias renováveis, estabelecendo um modelo energético mais

sustentável, menos dependente dos combustíveis fósseis, e que promova a inclusão social de comunidades ribeirinhas e de populações tradicionais; x) promover a capacitação em CTI para o desenvolvimento social; xi) ampliar a valorização e aprimoramento das atividades de extensão tecnológica; xii) apoiar o desenvolvimento e a consolidação dos principais Arranjos Produtivos Locais do Estado, como os de Madeira e Móveis Certificados, Castanha do Brasil, Látex, Construção Civil e Turismo; xiii) intensificar o desenvolvimento de tecnologias para o uso sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros; xiv) intensificar a prospecção, caracterização e conservação de espécies da biodiversidade para geração de produtos com alto valor agregado e foco nas demandas de mercado; xv) intensificar o esforço de pesquisa, desenvolvimento e inovação em sistemas integrados de recuperação de áreas degradadas, redução do desmatamento e emissão de gás carbônico; xvi) apoiar o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao sistema público de saúde.

6. GESTÃO PÚBLICA: UMA GESTÃO VOLTADA PARA RESULTADOS

Os desafios da atualidade exigem que os governos conduzam a gestão utilizando de forma eficiente os recursos disponíveis, para alcançar os objetivos a que se propõem e atender de maneira efetiva os anseios da sociedade.

Portanto, a eficiência, eficácia e efetividade serão os vetores que nortearão a gestão no Governo do Estado do Acre no período 2011 a 2014, tendo em vista a necessidade de prover as várias e, cada vez mais complexas, demandas da sociedade, geralmente superiores aos recursos materiais e humanos disponíveis.

Aproveitando a infraestrutura instalada nos doze anos de governo da FPA, avançaremos na área de gestão do Estado com foco nas seguintes preocupações:

Dar continuidade ao programa Governo Único - que está sendo implantado através de sistemas e processos tecnológicos atuais, dotados de novas tecnologias de informação e comunicação - que integra os órgãos do governo, elimina retrabalho, reduz custos, melhora a eficiência, além de desenvolver um conjunto de ações que inova as relações entre os entes do Governo e estes com a sociedade em geral, de forma transparente e duradoura e que garante grandes avanços nos aspectos políticos e organizacionais na

busca pela transparência de ações e melhoria dos níveis de excelência demandados pela sociedade.

Floresta Digital

Fortalecer a Inclusão Digital como política pública permanente, iniciada através do Programa Floresta Digital, que disponibiliza acesso grátis à Internet banda larga para todos os cidadãos. O Floresta Digital, além de criar a infra-estrutura tecnológica para um governo mais eficiente, através da integração de seus órgãos, possibilita a universalização do acesso da população a serviços, informações e conhecimento que melhoram sua vida e abrem novos horizontes, seguindo a visão de desenvolvimento sustentável e de *florestania* que norteia a política de desenvolvimento socioeconômico do estado. Assim, a universalização do acesso a essas tecnologias é, antes de tudo, um instrumento de inclusão social, contra a desigualdade. *A Sociedade da Informação* precisa ser PARA TODOS.

Atendimento ao Cidadão

Garantir a continuidade da nova política de atendimento ao cidadão, através de melhorias no relacionamento entre o Estado e a população, assegurando que todos tenham o direito a receber dos órgãos públicos as informações de seu interesse, propiciando uma maneira democrática na prestação de serviços e um processo constante de inovação do atendimento aos cidadãos em todo o Estado.

Estas ações estão sendo praticadas graças às melhorias nas unidades de atendimento dos órgãos prestadores de serviço ao cidadão e criação de centrais de atendimento integrado que garantem melhoria de espaços para atendimento, treinamento de pessoal e redefinição de fluxos e processos, além de melhorias na infraestrutura, principalmente, de tecnologia.

Gestão de Pessoas

Fortalecer a nova política de gestão de pessoas que está focada na implantação de um sistema remuneratório variável, baseado no desempenho, bem como no reconhecimento do mérito para a definição das carreiras dos servidores e que propicia a continuidade da melhoria do padrão de qualidade do serviço prestado ao cidadão e de um quadro de servidores capacitados, motivados, valorizados, comprometidos com os resultados e com perfil adequado à função do Estado.

Finanças

Fortalecer o equilíbrio fiscal que, ao longo desses doze anos de gestão da Frente Popular, tem garantido a manutenção da dívida fundada em uma trajetória sustentável, a adimplência das obrigações tributárias, previdenciárias e salariais, sendo decisivo para que o Estado do Acre pudesse realizar expressivo volume de investimentos através de recursos próprios do tesouro estadual, por captação de recursos junto ao Governo federal através de transferências voluntárias, bem como, através de financiamentos junto a Organismos internacionais e nacionais de crédito.

Transparência

Fortalecer os mecanismos de acesso do cidadão às informações sobre as ações do governo, que vêm sendo estabelecidos através de ações como a criação e implantação da Controladoria Geral do Estado, cujo papel é o de orientação ao governo em relação ao uso dos recursos públicos. Fortalecer o Portal da Transparência do Estado do Acre, que é um canal pelo qual fica facilitado e ampliado o controle social exercido pelo cidadão, permitindo-o acompanhar a execução financeira dos programas de governo através da rede mundial de computadores.

O Governo do Estado pautará sua atuação e se organizará para atingir objetivos estratégicos dinamizadores da consolidação do Acre como um Estado garantidor de direitos e prestador de serviços básicos de qualidade para todos. Para tanto, vai: i) Incentivar a participação popular através de seus segmentos representativos na definição das políticas do Estado; ii) Institucionalizar um sistema de planejamento flexível e descentralizado; iii) Elaborar os instrumentos de planejamento constitucionais PPA, LDO e LOA bem como criará instrumentos que potencialize o planejamento e a operacionalização das intervenções governamentais; iv) criar e implementar um Sistema de Monitoramento e Avaliação das intervenções do governo; v) criar e implementar uma Central de Resultados objetivando monitorar o atingimento das metas e a evolução de indicadores dos Programas Estruturantes e Projetos Estratégicos constantes no Mapa Estratégico.

Para operacionalizar este modo de gerir o Governo do Estado do Acre, realizaremos um processo ampliado e, ao mesmo tempo coordenado, de planejamento estratégico. Nesta etapa, a opinião da sociedade e a participação nas instâncias de decisão serão fundamentais para o adequado delineamento da visão de futuro para o Estado, tendo em vista que as ações devem vislumbrar os grandes anseios da sociedade e operá-las de maneira eficiente, eficaz e efetiva.

Concorrendo para essa operação eficiente, o Estado será provido de um arranjo institucional que fortaleça a cultura da gestão matricial, permitindo uma gestão flexível e coordenada que operem ações complexas pelos diversos órgãos da gestão.

As intervenções da gestão serão monitoradas e avaliadas sistematicamente, contando com uma Central de Resultados que acompanhará o alcance das metas e da evolução de indicadores que conduzem aos objetivos estratégicos.

Sendo assim, o planejamento estratégico permitirá a definição de programas estruturantes compostos por projetos estratégicos para os quatro eixos de atuação: a) Economia Sustentável; b) Desenvolvimento Social; c) Infraestrutura d) Gestão pública. Este portfólio será responsável pela execução de ações que, no seu conjunto, atingirão metas alinhadas ao alcance da visão de futuro para o período de 2011 a 2014.

Desta forma, a gestão aposta em atuar nos objetivos comuns e relevantes definidos pela sociedade bem como na eficiente, eficaz e efetiva gestão da coisa pública.

